

RESOLUÇÕES POLÍTICAS

INTRODUÇÃO - O MOMENTO ATUAL E AS TAREFAS DO PT

1. A fixação de um mandato de quatro anos para o atual presidente da República na Comissão de Sistematização do Congresso Constituinte veio comprovar que o Governo Sarney – saída de emergência para os grupos dominantes logo após a morte de Tancredo – é o elo fraco da transição burguesa. Os últimos acontecimentos políticos e econômicos, embora ainda passíveis de correção pelos representantes da situação no Congresso (que alimentam a expectativa de um mandato de cinco anos, com parlamentarismo, para Sarney), reafirmam a linha geral das análises do PT, que apontavam para o esgotamento do Governo Sarney e para a instabilidade da transição. Seja pela resistência política e social dos trabalhadores e da oposição à Nova República, seja pelas acentuadas divisões dentro da burguesia, onde ainda convivem vários modelos de ordenação constitucional e diferentes vias para o novo processo de acumulação, o fato é que o governo se decompõe.

2. O fracasso visível do Plano Bresser, em conflito com setores decisivos do empresariado, como foi o caso do embate com a Autolatina; o agravamento da crise internacional, provocado pelo crash financeiro, que precipitou a suspensão da moratória e o retorno ao FMI, com todas as conseqüências conhecidas que daí decorrem; a escalada inflacionária; a desmoralização da reforma ministerial, que estreitou a base de apoio do presidente junto ao bloco de governadores e aos dois partidos da Aliança Democrática, o PMDB e o PFL; a aprovação de algumas conquistas sociais na Comissão de Sistematização do Congresso Constituinte, que assustaram o empresariado e concorreram para sua mobilização, a fim de eliminá-las nas votações do plenário; enfim, um conjunto de fatores dessa ordem levou a burguesia a descartar o presidente, abrindo campo para que a emenda dos quatro anos fosse finalmente aprovada.

3. Não se pode afirmar com segurança que, definido o mandato de quatro anos, tenha-se resolvido para as classes dominantes o descompasso entre seu projeto de transição e sua representação no governo. Os principais fiadores da transição conservadora, os militares, encaram com receio a realização de eleições em 1988 e, sobretudo, uma eventual vitória de um candidato opositor. É pouco provável, entretanto, que eles tentem substituir sua posição de tutela/pressão, no atual governo, por uma intervenção direta duradoura, tal como sucedeu em 1964. De qualquer modo, eles estão à frente das propostas de um mandato de cinco anos para Sarney, com o respaldo do parlamentarismo e um programa de emergência econômico-financeiro capaz de conter a desmoralização crescente do governo do PMDB/PFL. Em suma, eles querem evitar a transformação de uma grave crise de governo numa crise de regime de conseqüências imprevisíveis.

4. É bom lembrar, entretanto, que interessa a vários setores do PMDB obter ou manter maiores parcelas do poder: a nomeação de um primeiro-ministro, em março de 1988, não só permite atingir esse objetivo, como também dá curso ao

fisiologismo e valoriza o voto dos constituintes, a quem cabe, no caso de duas rejeições do indicado pelo presidente da República, nomear o primeiro-ministro. Mas há os que temem, apesar disso, disputar eleições em 1988, devido ao desgaste do PMDB e de vários de seus governos estaduais, e preferem, portanto, implantar o Parlamentarismo desde já, mantendo Sarney como fantoche, e ganhar tempo até 1989, enquanto tentariam assegurar uma larga maioria nas eleições municipais de 1988. Uma posição intermediária, também existente entre os partidos do governo, é a de implantar o Parlamentarismo em março de 1988, com um primeiro-ministro comprometido com um programa de emergência contra a crise econômica, montar as eleições para novembro de 1988 e submeter a um plebiscito a decisão sobre a forma de regime – quando, então, é muito provável que o presidencialismo se imponha.

5. Do ponto de vista do PT, a redução do mandato de Sarney, com a realização de eleições diretas em 1988, significa a possibilidade de aglutinar, em torno de um Programa de Governo, com candidato próprio (o Lula), os trabalhadores, os setores populares e parcelas do pequeno empresariado urbano e rural, em contradição com a política econômica do governo e os interesses do grande capital, para acabar com a transição conservadora. Trata-se, para nós, de retomar a mobilização, acumular forças e, ao nos apresentarmos como uma alternativa socialista e revolucionária, apontar para os trabalhadores o horizonte de um novo sistema econômico, político e social: o socialismo.

6. No plano econômico, a interrupção da moratória e a retomada das negociações com o FMI, justamente num momento em que o sistema capitalista internacional atravessa uma crise de grandes proporções, indicam que deverá prosseguir a política econômica de arrocho salarial e de recessão, apertando ainda mais o torniquete sobre as condições de vida dos trabalhadores. Não está afastada a possibilidade de reedição do congelamento, cujas conseqüências, para os trabalhadores, se materializaram numa perda real de salários da ordem de 60%, até outubro de 1987, em relação a fevereiro de 1986.

7. Antipopular e submetida às exigências do pagamento da dívida externa, a política econômica em vigor acentua o processo de concentração de renda: hoje, 70% da população economicamente ativa detêm apenas 12,9% da renda nacional; o piso salarial equivale a pouco mais de 50 dólares (o mais baixo de toda a América Latina) e apenas 7,5 milhões de trabalhadores – de um total de 50 milhões – ganham mais de cinco salários mínimos.

8. É bem verdade que, embora ferisse mais fundo o conjunto dos trabalhadores, a gestão do ex-ministro Bresser Pereira atritou-se até mesmo com setores oligopolizados, como a indústria automobilística, e de marcante presença do capital estrangeiro, como a indústria farmacêutica. Além disso, a política de reserva de mercado tem levado os Estados Unidos a ameaçarem com retaliações as exportações brasileiras. Ainda que de pouca monta, relativamente, elas prenunciam o comportamento dos americanos e da economia capitalista diante do Brasil; elevação das taxas de juros (o que aumenta o valor da dívida e dos compromissos aí embutidos); restrições protecionistas a exportações; redução das possibilidades de exportação de mercadorias brasileiras, ou pela via do estreitamento do mercado ou pela perda de competição diante do dólar, com encarecimento das importações.

9. Diante desse quadro, a linha dominante no governo tende a ser a [ampliação] dos vínculos com as grandes potências capitalistas, reforçando a internacionalização da economia brasileira e aprofundando a dependência da economia do País ao capital estrangeiro e a subordinação científica e tecnológica aos centros-matrizes das empresas multinacionais.

10. Se é essa a tendência, parece pouco provável que o governo venha a contemplar, na sua plenitude, as reivindicações por mais crédito, preços livres e tributação preferencial que, entre outras, mobilizam setores médios na cidade e no campo. De outra parte, o discurso privatista, anti-regulador e liberal de setores do grande empresariado, provavelmente, continuará ecoando e se disseminando do ponto de vista da ideologia da livre iniciativa, mas com poucas possibilidades de viabilização numa conjuntura como esta. A menos que, num período mais longo, setores da burguesia consigam impor sua hegemonia nessa direção e se apossarem de forma mais direta do aparelho de Estado.

11. Parece claro que uma saída para a crise econômica, identificada com os interesses da grande burguesia monopolista, continuará encontrando resistências em nível social e político, da parte da classe trabalhadora e dos setores médios (micro, pequenos e médios empresários, produtores rurais e urbanos), aflorando contradições entre estas classes e setores contra a grande burguesia.

12. Inegavelmente – embora ainda não haja uma política detalhada do PT a esse respeito – tem crescido a influência do Partido junto aos setores médios, mais, talvez, pelo profundo insucesso do governo e menos por nossa ação direta. É preciso, então, definida uma correta política de alianças, atrair esses setores, numa tática centrada na mobilização popular, para engrossar a luta dos trabalhadores contra a transição conservadora e pela instalação de um governo democrático e popular.

13. Uma tática particular, que seja capaz de atrair micro e pequenos empresários urbanos e rurais para o pólo dos trabalhadores, deve compreender uma plataforma (incorporando suas principais reivindicações), um plano de ação, que defina linhas práticas e as compatibilize com o plano de luta dos trabalhadores, e uma política de intervenção do PT, que oriente o Partido sobre quando, como e onde agir para implementar essa tática. Sem isso, deixaremos aberto o campo para a ação da UDR [União Democrática Ruralista] – que cresceu e ganhou dimensão nacional e, hoje, busca ganhar o conjunto dos produtores rurais, estendendo sua influência até mesmo à burguesia e setores médios urbanos – e para o Partido Liberal (PL), que avança das grandes cidades para o interior e dos setores burgueses urbanos rumo aos setores médios rurais; para lideranças isoladas, como Guilherme Afif Domingos, coqueluche de pequenos e microempresários urbanos no Brasil todo; e até mesmo para lideranças militares saídas do ostracismo, como o general Figueiredo, que funciona como ponta de lança para a extrema-direita e para os saudosistas de regimes fortes, sempre muito numerosos nesses setores, sobretudo nos períodos de crise.

14. Cabe ressaltar ainda que, se a burguesia se debate em contradições quanto ao sistema de governo e as vias para safar-se da crise, o mesmo não ocorre, com igual profundidade, no comportamento para remover, na Constituinte, algumas conquistas limitadas alcançadas no plano social e econômico durante as votações da

Comissão de Sistematização. Assim é que somente com significativas mobilizações da população e uma constante pressão sobre os deputados e senadores se tornará possível assegurar direitos como o da estabilidade no emprego, da redução de jornada de trabalho e da aposentadoria pelo último salário – para não falar da reforma agrária, remetida para uma futura e duvidosa definição pela lei ordinária.

15. Neste momento, em que a direita, abrigada no Centrão e nos vários lobbies empresariais, como a UDR e a UPE, manobra para aprovar uma Constituição retrógrada e conservadora, cabe ao PT, simultaneamente com a campanha para a Presidência, convocar as forças progressistas, democráticas e socialistas, para assegurar as conquistas dos trabalhadores na Constituinte. Não podemos, contudo, alimentar ilusões. Caso a mobilização popular, os comícios, as greves e todas as formas de pressão sobre a Constituinte e o governo não forem capazes de fazer prevalecer as reivindicações da maioria da população, o PT deverá discutir a postura dos nossos deputados: esgotados todos os recursos de luta, seria o caso de não assinar a Constituição a ser promulgada.

16. Não se pode ignorar, porém, que a situação também é complexa no campo popular e dos partidos que se opõem à Nova República e ao Governo Sarney. À exceção do PT – que sustenta uma política de oposição ao Governo Sarney e à Nova República, de mobilização social – o PCB, o PCdoB, o PSB, o PDT e setores do PMDB estão divididos quanto à oposição, à transição conservadora, ao Governo Sarney, a governos estaduais e mesmo diante do PMDB e de sua política. Basta lembrar que o PCB apóia a transição e o governo, enquanto o PSB e o PDT se fazem oposição a Sarney, em alguns estados, [como] em São Paulo, são caudatários do PMDB e do quercismo.

17. Além do mais, as lutas sindicais, populares e a mobilização social vêm enfrentando problemas nesse período de recessão, desemprego e de grande confusão e frustração política da população, o que tem sido explorado pela direita em sucessivas campanhas nos meios de comunicação. O insucesso da greve do dia 20 de agosto – na qual cabe responsabilidades dos militantes petistas, da direção do Partido e da CUT – veio agravar um quadro geral em que não tivemos força para impor uma ofensiva política e de mobilização contra o Governo Sarney e a Nova República.

18. Se a desorientação e o desânimo contaminam largas parcelas da população, que passaram a descreer das lutas sociais e políticas como instrumentos para a construção de uma vida melhor, também é verdade que se multiplicam as lutas reivindicatórias e salariais, que se manifestam, por exemplo, nas greves dos portuários, funcionários da Previdência, bancários, metalúrgicos, canavieiros, nas ocupações de terra na cidade e no campo e na insatisfação política e econômica dos setores médios e dos pequenos produtores. Contra a desmobilização e o desânimo, o PT deve apoiar e participar de todas as lutas dos trabalhadores, pois, a despeito de correlação desfavorável, os trabalhadores não dispõem de nenhuma outra forma para alcançar transformações econômicas e sociais, a não ser a luta organizada, tanto sindical quanto política e ideológica.

19. Em que pese a ação dos nossos deputados, e passando por cima das emendas populares e de várias entidades democráticas, a tendência que se esboça na Constituinte é a de afirmar um modelo político-institucional em que o monopólio

do poder esteja assegurado por um sistema eleitoral e partidário elitista, manutenção da legislação e dos aparelhos repressivos e, sobretudo, pelo papel tutelar das Forças Armadas. É verdade que se prevêem eleições, prerrogativas mais amplas para o Congresso, organização partidária menos controlada e alternância, no governo, dos diferentes partidos. Abrem-se, portanto, maiores possibilidades de nosso acesso ao Congresso e mesmo a alguns governos. Ganham, assim, maior importância a luta política, o combate ideológico e a mobilização social. A burguesia procurará manter os trabalhadores sob sua direção, através, principalmente, do PMDB (e de seus aliados), apelando para a repressão de maneira seletiva (como já ocorreu durante manifestações de protesto contra visitas de Sarney ao Rio e ao Pará) ou por meio da propaganda e da pressão psicológica, quando a mobilização social colocar em risco a estabilidade do regime.

20. Na ordem econômica e social, a tendência é a manutenção dos privilégios da grande propriedade territorial, do capital estrangeiro e dos bancos, ou seja, da economia dos monopólios. Daí a luta contra a reforma agrária, contra a reserva de mercado e a estabilidade. Daí a defesa ideológica da economia de mercado, da privatização e da manutenção do monopólio da informação para os grandes grupos empresariais. A atual política econômica, cada vez mais mutável e instável, continua a orientar-se pelos ditames do FMI e pelos interesses do grande capital, aprofundando a internacionalização da economia brasileira. As recentes medidas fiscais e a orientação recessionista visam, em última instância, liberar recursos para investimentos em áreas estratégicas para as classes dominantes. Como as possibilidades de inversão do Estado vêm se limitando, tudo faz crer que haverá novas concessões no plano externo (do pagamento da dívida e nas relações com as multinacionais) para atrair investimentos estrangeiros.

21. Coerente com sua postura de oposição à Nova República e de combate à ação do imperialismo, o PT defende a ruptura com o FMI e se pronuncia contra o pagamento da dívida externa. Ao mesmo tempo, deve apresentar e defender, se possível junto com outras forças políticas –fundamentalmente com o movimento sindical e popular mobilizados –, um conjunto de medidas de emergência contra a carestia, a inflação, o desemprego, a fome e a recessão.

22. A situação de crise de governo, de recessão e de ameaça às bandeiras populares na Constituinte impõe uma série de tarefas ao PT, que – embora reconheça não estarem colocadas na ordem do dia para a classe trabalhadora, nem a luta pela tomada do poder, nem a luta direta pelo socialismo – combate por uma alternativa democrática e popular. Trata-se, portanto, de uma conjuntura de acumulação de forças na qual a política do Partido terá de dar conta de três atividades centrais:

a) a consolidação das diretas em 1988, com eleições gerais e presidencialismo, e a ocupação de espaços institucionais nas eleições, para as quais devemos lançar o maior número possível de candidatos. A candidatura do companheiro Lula à Presidência da República, ao mesmo tempo que encarna a posição de independência de classe defendida pelo Partido, dará aos trabalhadores maior consciência e organicidade política nesta fase de acúmulo de forças. A candidatura Lula, que cresce nas pesquisas de opinião antes mesmo de as diretas estarem asseguradas, estará apoiada num programa que será mais que um simples

rol de exigências e medidas isoladas: deverá sintetizar um novo discurso político e servir de instrumento de politização, de disputa ampla com outros setores e de atuação junto ao povo. O programa não se resume a um conjunto de reformas democráticas e populares pelas quais lutamos: envolve também uma crítica e uma disputa a partir de uma visão anticapitalista e socialista, em relação à ordem vigente e aos valores políticos e ideológicos dominantes na sociedade. Além do que, a candidatura Lula e nosso programa, de acordo com as exigências da tática eleitoral e as realidades locais, ajudarão a puxar as campanhas municipais em todo o País;

b) a organização do PT, como força política socialista, independente e de massas;

c) a construção da CUT, por meio de um movimento sindical classista, de massas e combativo, e a organização do movimento popular independente.

23. Nessa conjuntura, o Partido precisa apresentar-se como real para o povo. Isso significa a alternativa à política econômica do governo e aos projetos de rearranjo institucional do Regime. O PT deve, então, apresentar um programa a todas as forças políticas e sociais que queiram dar um basta ao Governo Sarney e seus apoiadores, à transição conservadora e à Nova República. No que se refere ao rearranjo institucional do regime, o PT terá de intervir de maneira consistente, expressando as posições políticas de interesse dos trabalhadores, ao longo de todo o complexo processo de reordenação jurídica que se seguirá à promulgação da nova Constituição do País, e que envolverá a elaboração das futuras Constituições Estaduais e Leis Orgânicas Municipais e de toda a legislação complementar e ordinária de âmbito federal, estadual e municipal.

24. A realização de eleições diretas gerais em 1988, qualificadas por um programa democrático e popular de mudanças e reformas econômico-sociais com garantia de liberdades políticas e sindical, para a construção de um amplo movimento sindical e socialista de trabalhadores, é nossa resposta aos problemas sociais no momento atual da luta de classes. A crise da transição conservadora é a crise específica de uma certa forma de dominação burguesa, e não a crise geral do Estado ou do regime, uma crise de tipo revolucionário. O que está em questão é a possibilidade de conquista de um governo democrático e popular, com tarefas eminentemente antimonopolistas, antiimperialistas, antilatifundiárias, de democratização radical do espaço e da sociedade – tarefas estas que se articulam com a negação da ordem capitalista e com a construção do socialismo.

O PROGRAMA DEMOCRÁTICO-POPULAR

25. O programa democrático-popular abrange, resumidamente, os seguintes pontos básicos:

- Diretas-Já para presidente da República, acompanhadas de eleições gerais em todos os níveis;
- Revogação da Lei de Segurança Nacional, da Lei de Greve e da Lei de Imprensa;
- Fim de qualquer forma de censura;

- Revogação das salvaguardas, do estado de emergência, do estado de sítio, das medidas de emergência e supressão, no atual projeto de Constituição, do estado de defesa;
- Eliminação, na Constituição, do conceito de segurança nacional; caracterização do papel constitucional das Forças Armadas como exclusivamente de defesa contra eventual agressão de inimigo externo; desativação do SNI e do aparelho repressivo; desmilitarização das polícias militares e extinção dos tribunais especiais para o julgamento de crimes cometidos ao País*; fim da atribuição da repressão política à Polícia Federal; fim de competência dos tribunais militares para julgamentos civis;
- Reforma administrativa, saneando os serviços públicos, aumentando sua eficiência através de concurso público e de um plano de carreira e escala de vencimentos;
- Liberdade de associação, organização, manifestação de opinião, organização partidária e autonomia sindical com direito de greve;
- Pelo rompimento com o FMI; pela realização de auditoria interna e contra o pagamento da dívida externa;
- Sistema eleitoral proporcional, que garanta igualdade na proporção dos eleitos por Estado; controle do poder econômico; igualdade de acesso aos meios de comunicação;
- Controle das remessas de lucros ao Exterior;

* Texto conforme publicado originalmente. O grifo é desta edição.

- Desvalorização da dívida interna, criando assim uma nova fonte de investimentos em áreas sociais;
- Reforma tributária como instrumento para aumentar a arrecadação de impostos e distribuir a renda, gravando o capital, a grande propriedade territorial, as heranças e as doações;
- Exclusividade do Fundo Nacional de Desenvolvimento e dos fundos sociais para investimentos nas áreas sociais, com proibição de repasse desses recursos para empreendimentos privados;
- Direito ao ensino público e gratuito em todos os níveis para todos, com a proibição de o Estado destinar verbas para escolas privadas;
- Criação de um sistema único de saúde estatal, público, gratuito, de boa qualidade, com participação, em nível de decisão, da população, por meio de suas entidades representativas; estatização da indústria farmacêutica;
- Estatização dos serviços de transportes coletivos;
- Estatização da indústria do cimento, para viabilizar um vasto programa de construção de habitações populares;
- Estatização do sistema financeiro, garantindo crédito ao pequeno e médio produtor agrícola e industrial;
- Reforma agrária sob controle dos trabalhadores, com fixação de módulo máximo da propriedade rural regional e definição de planos agrícolas com a participação dos trabalhadores;

- Reforma urbana que assegure o direito de todos à moradia, com desapropriação de terras ociosas a baixo custo e pagamento a longo prazo, além de financiamento da casa própria à população, sem juros e compatível com a renda familiar;
- Prioridade na destinação de recursos dos fundos sociais para o Nordeste, combate à indústria da seca e aos privilégios concedidos aos grandes proprietários e aplicação de investimentos capazes de gerar emprego na área;
- Devolução das prerrogativas do Legislativo, restituindo-lhe o direito de legislar sobre matéria econômica, financeira e orçamentária, e de criar despesas; direito de iniciativa popular para legislar e garantia de consultas e referendos populares;
- Congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade sob controle popular e estabelecimento de critérios sociais para tarifas, taxas e serviços públicos;
- Direito aos trabalhadores de se organizarem em comissões de empresas e acesso dos trabalhadores às informações econômicas e contábeis das empresas;
- Política de elevação dos salários, buscando rapidamente repor as perdas salariais e devolver o poder de compra de acordo com os índices calculados pelo DIEESE;
- Definição de políticas urbanas claras, visando a melhoria da qualidade de vida da população e criando instrumentos de democratização do exercício do poder municipal;
- Reajuste mensal automático de salários e remunerações, pensões e proventos dos aposentados de acordo com os cálculos do DIEESE;
- Aposentadoria aos 30 anos de serviço para homens e aos 25 anos para mulheres, sem limite mínimo de idade e sem prejuízo para as aposentadorias especiais conquistadas por algumas categorias de trabalhadores;
- Jornada semanal máxima de 40 horas, sem redução de salários;
- Estabilidade no emprego;
- Contra o programa nuclear paralelo e todas as iniciativas que resultam em deterioração do meio ambiente e da ecologia.

OBJETIVO ESTRATÉGICO DO PT: SOCIALISMO

26. A conquista do socialismo e a construção de uma sociedade socialista no Brasil são os principais objetivos estratégicos do PT. Isso parece ser consenso, tanto em vista das resoluções aprovadas nas convenções nacionais, quanto da crescente pressão da militância para que definamos o tipo de socialismo que queremos e estabeleçamos as relações correspondentes entre nossa luta do dia-a-dia e a luta mais geral pelo socialismo.

27. Na luta pelo socialismo, é preciso distinguir dois momentos estratégicos que, apesar de sua estreita relação de continuidade, são de natureza diferente. O primeiro diz respeito à tomada do poder político. O segundo refere-se à construção da sociedade socialista sobre as condições materiais, políticas etc. deixadas pelo capitalismo.

A CONQUISTA DO SOCIALISMO

28. Para extinguir o capitalismo e iniciar a construção da sociedade socialista, é necessário, em primeiro lugar, realizar uma mudança política radical; os trabalhadores precisam transformar-se em classe hegemônica e dominante no poder de Estado, acabando com o domínio político exercido pela burguesia. Não há qualquer exemplo histórico de uma classe que tenha transformado a sociedade sem colocar o poder político – Estado – a seu serviço.

29. Evidentemente, a construção da sociedade socialista não é algo totalmente novo e diferente em relação às formas de luta e de organização dos trabalhadores no seu dia-a-dia atual. Quando falamos que o socialismo e o poder se constroem na luta cotidiana, estamos nos referindo ao fato de que muitas das formas econômicas, sociais e políticas da construção socialista surgirão, sem dúvida, da experiência da luta de classe contra o capitalismo. Muitas dessas formas que hoje não conseguem desenvolver-se em virtude da opressão capitalista, como as pequenas cooperativas, as compras comunitárias, as comunidades locais, os conselhos populares etc., provavelmente encontrarão um campo fértil para crescer nas novas condições socialistas. Mas as formas de organização fundamentais que surgem na luta cotidiana no interior da sociedade burguesa e que têm maior importância para a luta socialista são as que nascem da auto-organização dos trabalhadores, as formas de luta pelo controle operário nas fábricas (a partir da generalização das comissões de fábrica e empresa) e de controle popular nos bairros.

30. Essas formas embrionárias de poder proletário são escolas de auto-organização e participação política dos trabalhadores, que apontam no sentido da construção de um socialismo efetivamente democrático, em que o poder seja exercido pelos próprios trabalhadores e não em seu nome.

31. Entretanto, essas experiências, em si, não resolvem a contradição do socialismo com o capitalismo. Mesmo porque, quanto mais amplas elas se tornam, maior é a resistência da burguesia dominante à sua existência. Repressão e concessões, em geral, se combinam para a burguesia continuar mantendo sob sua influência ideológica e política as grandes massas de trabalhadores e evitar o desenvolvimento das experiências populares e as mudanças. Para resolver as contradições sociais e políticas do sistema capitalista é fundamental que todas essas experiências de luta e de organização operárias, populares e democráticas sirvam como eixo de preparação e organização das classes trabalhadoras para a conquista do poder e a construção da nova sociedade.

32. Por isso, no enfrentamento cotidiano contra as táticas repressivas e/ou de concessões da burguesia, os trabalhadores terão que empregar táticas que retirem as massas da influência da burguesia e as levem a conquistar o poder. Nesse sentido, é preciso distinguir as atividades que partem da situação existente em cada momento e procuram fazer com que os trabalhadores tomem consciência da necessidade de conquista do poder das atividades que se destinam à conquista imediata do próprio poder.

33. Muitos companheiros não fazem essa distinção, não compreendem o processo de mediação que deve existir entre o momento atual, por exemplo, em que

as grandes massas da população ainda não se convenceram de que é preciso acabar com o domínio político da burguesia, e o momento em que a situação se inverte e se torna possível colocar na ordem do dia a conquista imediata do poder. Dessa forma, seu discurso, pretensamente revolucionário, não é entendido pela população e pelos trabalhadores e, em vez de contribuir para a organização e a luta no sentido da conquista do poder e da construção socialista, a desorganizam e a transformam na luta de pequenos grupos conscientes e vanguardistas.

34. Por outro lado, companheiros que consideram inevitável a adoção de uma via revolucionária para a conquista do poder contrapõem essa escolha à tática dos movimentos sociais que lutam por reformas. Reforma e revolução são consideradas por eles como termos e práticas antagônicas. Entretanto, nenhum país que tenha feito revolução deixou de combinar essas lutas, dando maior ênfase a uma ou outra de acordo com a situação política concreta. A luta por reformas só se torna um erro quando ela acaba em si mesma. No entanto, quando ela serve para a educação das massas, através da própria experiência de luta, quando ela serve para demonstrar às grandes massas do povo que a consolidação, mesmo das reformas conquistadas, só é possível quando os trabalhadores estabelecem seu próprio poder, então ela serve à luta pelas transformações sociais e deve ser combinada com esta.

35. Nesse sentido, para definir uma estratégia de luta pelo socialismo, não basta definir a via principal de luta, nem as táticas para a conquista do poder. É preciso, em especial, ter clareza sobre o inimigo ou inimigos principais contra quem nossa luta se dirige, as alianças de classes (estratégicas) para derrotar tais inimigos e o programa de transformações a ser implantado (que serve de base à mobilização popular e às alianças).

36. Esclarecer tais problemas, na realidade, não é algo que possa ser decidido arbitrariamente. Depende do conhecimento da estrutura social brasileira, das contradições que existem nessa estrutura e do grau que tais contradições alcançaram como resultado de todo um processo histórico de lutas. Isso inclui o conhecimento do papel e da força do Estado burguês e do grau de desenvolvimento da cultura política dos trabalhadores e, em particular, o conhecimento das tendências do movimento de cada um desses aspectos e de sua resultante.

37. Existe um certo consenso, entre os militantes e filiados do PT, de que a burguesia é a inimiga principal das mudanças sociais e dos trabalhadores. É uma certeza intuitiva, que resulta da experiência concreta de enfrentamento com a burguesia. O problema, porém, não é esse. O problema reside no fato de que, por uma insuficiente análise das classes existentes na sociedade brasileira, muitos companheiros colocam no campo da burguesia parcelas significativas de pequenos e microempresários urbanos e rurais e mesmo as camadas assalariadas que não trabalham diretamente na produção fabril ou agrícola. Com isso, não levam em conta que tais camadas possuem profundas contradições com o capital e, por isso, podem se incorporar à luta por transformações sociais no sentido socialista.

38. Por outro lado, ao tomar a classe burguesa como inimiga principal, estratégica, muitos militantes são levados a se oporem a que se aproveitem as contradições momentâneas entre os diversos setores da burguesia. Colocam-se contra qualquer aliança política, tática ou pontual, com alguns desses setores. Mas o que importa aqui é que tais posturas são reflexos também de um conhecimento

insuficiente ou mesmo de um desconhecimento das contradições internas que movem as classes em sua luta, e que muitas vezes podem colocar em oposição diferentes setores da própria burguesia. Esse conhecimento insuficiente é uma das razões principais que explicam por que o PT, como um todo, ainda não avançou suficientemente nas definições estratégicas.

39. Para que o processo de definições estratégicas do PT conte com a participação democrática dos militantes e filiados, é imprescindível que o Partido organize o estudo e o debate sobre as classes e as contradições de classes da sociedade brasileira; o papel da pequena burguesia urbana e rural; a definição dos pontos programáticos que garantam a atração dos setores sociais que têm contradições com a burguesia; a via principal de transformação social e as táticas a serem empregadas para realizá-la; e a relação entre a estratégia do Partido e as diversas táticas para implementá-la. Esses são problemas colocados pelo atual avanço da luta de classes no Brasil, que devem ser tratados adequadamente. Tratá-los não é uma tarefa de alguns intelectuais e dirigentes, ou mesmo de uma corrente política dentro do Partido. Essa é uma tarefa que deve envolver o conjunto da militância petista.

A CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO

40. O desenvolvimento desigual e desequilibrado do capitalismo no Brasil coloca diante dos trabalhadores uma série de questões relacionadas com a construção socialista após a conquista do poder. Questões que aparecem, desde já, em função das propostas programáticas do PT e das alianças estratégicas que devem ser realizadas para obter a hegemonia contra a burguesia. Evidentemente, o desenvolvimento intenso do capitalismo nos últimos 30 anos colocou bases firmes para o estabelecimento de um sólido setor socialista na economia. Nas grandes cooperativas agroindustriais capitalistas, grandes empresas comerciais e de serviços e bancos, a socialização com a apropriação privada dos resultados da produção permite sua transformação imediata em empresas socialistas, estatais ou coletivas.

41. Por outro lado, subsiste no Brasil um vasto setor que, embora seja em ampla medida subordinado ao grande capital, procura desenvolver-se com absorção de mão-de-obra e com atendimento a uma série enorme de bens de serviços considerados secundários e de baixa rentabilidade. Constituído por milhões de pequenas empresas, pequenos negócios, serviços e autônomos, desempenha um papel econômico de grande importância no atual sistema capitalista brasileiro, o que obriga a um processo permanente de destruição e recriação desse setor – papel que deve continuar desempenhando mesmo depois de iniciarmos a construção socialista no Brasil. Desse modo, um dos aspectos-chave do processo de construção socialista, mesmo tendo como a parte essencial da economia o seu setor socialista, estatal ou coletivo, consiste em conhecer a capacidade do Estado em atender às reais necessidades sociais e adaptar uma política econômica que complemente, de forma integral, aquela capacidade para isso. O único caminho, até hoje, consiste em permitir que a pequena economia mercantil ainda se desenvolva em uma certa escala, e que seu próprio desenvolvimento natural e contraditório conduza à

concentração e centralização econômica e sua transformação socialista por meios administrativos.

42. A pequena produção serve para que a sociedade desenvolva suas forças produtivas, contribua para que não haja escassez de bens e serviços e permita incorporar ao trabalho o conjunto da população economicamente ativa, sem prejudicar a eficiência das empresas socialistas nem a constante redução da jornada de trabalho. Essa política de desenvolvimento da capacidade produtiva da sociedade, utilizando todas as forças econômicas, é a base da aliança dos trabalhadores assalariados com a pequena burguesia urbana e rural. Essa aliança é, pois, uma questão estratégica, referente tanto à destruição do capitalismo quanto à construção do socialismo.

43. Evidentemente, essa é uma contradição própria do desenvolvimento das classes no Brasil, do mesmo modo que é impossível, dadas as atuais condições, que o socialismo possa extinguir todas as classes de imediato. O processo de construção socialista para alcançar a almejada sociedade igualitária, sem classes, sem opressão e dominação, vai enfrentar, durante certo tempo, a exigência de diferentes desigualdades, como herança do capitalismo. E vai obrigar a agir, não no sentido de extinguir administrativamente as desigualdades, mas de evitar que elas se polarizem e se tornem antagônicas em relação ao socialismo. Tais contradições no terreno econômico e social da construção socialista geram diferentes contradições no terreno da política. Isso nos remete, basicamente, para a relação do socialismo com a democracia.

Socialismo e democracia

44. A permanência de diferentes classes e camadas sociais no processo de construção socialista, por um tempo difícil de prever de antemão, coloca para nós a necessidade de reconhecer a existência de diferentes expressões políticas na sociedade socialista. É fundamental compreender que, mesmo que não se concretizem ingerências externas à coexistência de diferentes partidos e associações políticas, assim como de diferentes propostas para a construção socialista, torna extremamente aguçada a disputa política, disputa que pode polarizar-se e ter conseqüências graves, se não forem tratadas como merecem, ou seja, disputas que, na sua maior parte, estão dentro de um mesmo campo socialista, e não disputas entre inimigos.

45. O fato de que na Nicarágua, a partir do programa da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), apesar do cerco imperialista e da oposição militar dos contras, existia liberdade sindical, de organização partidária, de comissões de empresa, das milícias, dos comitês populares e que, inclusive, foram realizadas eleições democráticas, indica a atualidade da relação entre a luta pelo socialismo e a democracia. Longe de a democracia ser uma concessão, ela é parte componente de uma revolução viva e fator de combate contra a burocratização.

46. A ausência de democracia, do direito à livre organização dos trabalhadores, é contraditória com o socialismo pelo qual lutamos. Ainda mais quando sabemos, a partir de várias experiências históricas, que essa ausência foi alçada quase que a um princípio permanente, cujas conseqüências podem ser vistas, hoje, num certo impasse que vivem vários países que fizeram a revolução e que está na base, por exemplo, da luta dos trabalhadores poloneses em torno do

Solidariedade, que o PT tem apoiado. Solidário com as lutas dos povos por sua libertação, o PT defende o rompimento de relação com o regime racista da África do Sul e com a ditadura do general Pinochet, do Chile.

47. Além disso, é preciso levar em conta que a sociedade brasileira já foi capaz de desenvolver razoavelmente algumas organizações da sociedade civil, que jogam determinado peso na determinação das políticas do Estado. E de que o Estado brasileiro, embora tenha se reforçado muito, contando com modernos aparelhos coercitivos (Forças Armadas, Serviços de Informação etc.) e de concessões e participação (Legislativos, assistência social, centros comunitários etc.) não tem condições de se fechar completamente à participação das classes subalternas em seu interior. Ao contrário, a própria magnitude do Estado moderno brasileiro só é viável se a burguesia for buscar, na massa das outras classes, os funcionários do Estado. E se, para conseguir consenso e legitimidade para esse mesmo Estado, for obrigada a abrir, pelo menos formalmente, o Estado à disputa das diversas classes.

48. Na sociedade civil ocorre algo idêntico. A burguesia construiu organizações sólidas (Fiesp, CNA, CNI etc.), que atuam tanto para manter a hegemonia de sua classe sobre as outras quanto para manter o domínio do aparelho do Estado. Em contraposição a isso, tanto os assalariados quanto as camadas médias da população também criaram organizações de sociedade civil que participam daquela disputa pela hegemonia e pelo poder. Em grande medida, o movimento contraditório dessas diversas organizações da sociedade civil (e também dentro delas) em relação ao Estado e a disputa no interior do próprio Estado causa os avanços e recuos da democracia, sua ampliação e retração.

49. O PT rejeita a concepção burocrática do socialismo, a visão do partido único, por considerar incorreta a idéia de que cada classe social é representada por um único partido, e que outros partidos existentes na sociedade que emergir de uma revolução serão necessariamente partidos que representarão interesses de classes diferentes dos da classe trabalhadora.

50. Seria ingenuidade supor que, conquistado o poder pelos trabalhadores, essa situação estaria resolvida. Embora a liquidação da burguesia, como classe, compreenda também a liquidação de suas organizações civis e de seu Estado, grande parte das organizações da sociedade civil hoje existentes continuarão presentes na nova sociedade e não podem (nem devem) ser abolidas por decreto. Isso significa que no processo de construção do socialismo deverão existir não só diversos partidos e diversas organizações da sociedade civil, como também que as relações de organizações com o poder socialista serão não só de colaboração e participação, mas também de oposição.

51. Nessas condições, o Estado socialista terá de desenvolver esforços tanto para estabelecer uma legalidade nova, democraticamente construída e válida para todos, como manter e/ou criar mecanismos de participação e consulta popular nos mais diferentes níveis e nas relações entre tais níveis. A participação operária e popular na gestão das fábricas, das granjas e fazendas, dos bairros e conjuntos residenciais, das comunidades, vilas e distritos é de suma importância para o funcionamento de uma extensa democracia de base. Entretanto, talvez essa não seja a questão-chave da democracia no socialismo. Os problemas mais sérios vão

aparecer nas relações entre os mecanismos democráticos de participação e consulta na base com os mecanismos de participação e consulta nos níveis intermediários e superiores do poder.

52. O projeto socialista pelo qual lutamos, de outro lado, deve incorporar as perspectivas colocadas pelos diferentes movimentos sociais que combatem opressões específicas, como os das mulheres, dos negros, dos jovens e dos homossexuais, e suas expressões ideológicas, em particular o feminismo, indispensáveis para golpear importantes pilares da dominação exercida pela burguesia e engajar, em profundidade, a maioria da população brasileira num processo de transformação revolucionária. Deve, também, integrar movimentos de âmbitos culturais nacionais ou ambientais, que procuram responder às agressões que o capitalismo realiza contra a população e o meio ambiente, movimentos anticapitalistas e progressistas, que sensibilizam parcelas crescentes do povo. Deve, ainda, incorporar o questionamento de outros mecanismos vitais para a reprodução da dominação de classe. A incorporação dessas lutas no projeto político proletário, desde hoje, permite barrar o avanço da burguesia, que procura esvaziá-las do seu conteúdo crítico e questionador de instituições e valores da ordem burguesa.

53. Sem um tratamento correto dessas questões, no sentido de manter abertos os canais de participação das massas trabalhadoras no poder de Estado e a observância dos direitos individuais dos membros da sociedade e, ao mesmo tempo, garantir a existência do Estado socialista como instrumento fundamental para a construção socialista, será impossível transformar as liberdades políticas e a democracia formais, próprias do capitalismo, nas liberdades e na democracia real que deve ser própria do socialismo.

AS TÁTICAS DO PT

54. O capitalismo viveu no Brasil um período de acelerada expansão, nas últimas décadas. Desenvolveu um parque industrial moderno, expandiu a rede de serviços e criou as condições para que o capital financeiro e a economia mercantil penetrassem nas áreas rurais. Esse crescimento, contudo, deu-se por meio da ampliação da dependência do País em relação ao capitalismo internacional, bem como da superexploração do trabalho e da prevalência do capital monopolista nos segmentos econômicos mais importantes.

Além disso, acentuou algumas desigualdades históricas do País, tendo concentrado grande parte de seu parque industrial e o seu setor mais dinâmico nas regiões Sul e Centro-Sul. Nas demais regiões, a produção industrial se encontra relativamente dispersa em pequenas e médias empresas; a centralização da produção capitalista, aliás, não se realizou de maneira plena, nem mesmo nas regiões mais desenvolvidas, onde sobrevive um grande número de pequenas empresas voltadas para a produção de serviços e de bens industriais. Isto vale, igualmente, para o campo no qual o latifúndio capitalista e a agroindústria convivem com milhões de pequenos produtores rurais.

AS CLASSES SOCIAIS

55. Esse modelo de expansão produziu uma massa de assalariados heterogênea, integrada por um setor operário industrial e agrícola* relativamente numeroso e concentrado; por um extenso e numeroso setor ligado às áreas de serviços, comércio e sistema financeiro; por novos segmentos assalariados, empregados públicos e privados, alguns muito qualificados e com rendimentos consideráveis; bem como por um contingente de trabalhadores sujeitos ao desemprego e ao subemprego estruturais na cidade e no campo.

56. Paralelamente, a expansão capitalista no Brasil deu origem a um vasto setor de pequenos proprietários e produtores, que são, ao mesmo tempo, proprietários de meios de produção e trabalhadores. Normalmente designado pelos nomes de pequena burguesia ou de setores médios, este setor possui grande importância política e social, incluindo o pequeno produtor agrícola, o trabalhador autônomo, o pequeno proprietário, o profissional liberal qualificado etc.

57. Finalmente, a burguesia, grande beneficiária do crescimento econômico, fortaleceu-se nas últimas décadas. Isso se deu, em particular, com seu setor monopolista, vinculado à indústria de exportação e ao capital financeiro. Ao aumento de poder econômico e da consistência da burguesia como classe correspondeu o avanço de sua organização e a expansão de seus mecanismos de controle ideológico e político da sociedade.

* Texto conforme publicado originalmente. O grifo é desta edição

58. O Estado brasileiro também se modernizou e se fortaleceu, tanto como produtor de bens e serviços quanto como aparelho coercitivo/repressor.

59. Apesar da força que tem, a burguesia brasileira enfrenta conflitos internos que, em certos momentos, chegam a comprometer – ou, no mínimo, atrasar sua unificação em torno de um projeto político de gestão do País. São disputas deste tipo que produzem, hoje, divergências entre os vários lobbies burgueses que agem sobre a Constituinte; ou iniciativas como o Pensamento Nacional das Bases Empresariais, uma ação de empresários à margem da Fiesp [Federação das Indústrias do Estado de São Paulo] e de outras entidades tradicionais do patronato. O maior problema da burguesia brasileira, contudo, decorre da própria história da formação do capitalismo no Brasil.

60. Ao contrário de outros países, entre nós o capitalismo tem-se desenvolvido respeitando o monopólio da propriedade da terra, recorrendo constantemente à força repressiva do Estado para mediar as relações entre o trabalho e o capital e integrando-se de modo subordinado ao mercado e ao sistema financeiro do imperialismo. A incapacidade do capitalismo brasileiro incorporar, ainda que minimamente, milhões de pessoas aos frutos do desenvolvimento limita a possibilidade da burguesia exercer a hegemonia política na sociedade, o que está na raiz das freqüentes intervenções militares na vida do País.

61. Quanto aos trabalhadores do campo e da cidade, o aumento de sua força social e política foi notável nos últimos anos. Construiu-se a CUT, expandiu-se o

sindicalismo rural e os trabalhadores passaram a jogar um peso decisivo na vida política nacional.

O PT e seu Programa

62. Contudo, a organização dos trabalhadores não se estendeu à maior parte da classe. Nos setores em que é melhor organizado, o movimento dos trabalhadores ainda está dividido sindicalmente entre CUT e CGT. No nível partidário, uma parcela considerável desses setores continua sob a influência do PMDB, principal partido de sustentação da Nova República.

63. Se é verdade que a burguesia, por meio de seus partidos, enfrenta dificuldades para legitimar o projeto de dominação que é a Nova República, é também verdadeiro que no campo das classes trabalhadoras ainda não se construiu um projeto alternativo a essa dominação, apesar da existência do PT. Essa é a principal tarefa do PT no período histórico em que vivemos. Dizendo com todas as letras: a disputa da hegemonia na sociedade brasileira, com base num programa democrático-popular, capaz de unificar politicamente os trabalhadores e conquistar a adesão dos setores médios das cidades e do campo. Tal programa deve sintetizar tanto a nossa oposição à Nova República e à transição conservadora quanto apontar no sentido da reorganização socialista de nossa sociedade.

64. Partido de caráter nacional, independente, com amplas bases sociais, principalmente entre os trabalhadores, o PT precisa realizar sua tarefa histórica, organizando e dirigindo sua base social e política na luta pela conquista do poder. Daí a necessidade de apresentar-se, urgentemente, como uma alternativa, tanto na luta sindical quanto na luta política. Só o crescimento sindical e popular e, principalmente, a mudança de qualidade da atuação política do PT pode criar essa alternativa.

65. A alternativa que o PT deve apresentar não pode se limitar a ser uma alternativa à Nova República. Ao contrário, trata-se de uma alternativa estratégica à dominação burguesa neste País, com o objetivo de realizar as transformações econômicas, sociais e políticas exigidas pelos trabalhadores e demais camadas sociais exploradas pelos monopólios.

Uma política de acúmulo de forças

66. A luta por uma alternativa democrática e popular exige uma política de acúmulo de forças, que parte do reconhecimento de que não estão colocadas na ordem do dia, para as mais amplas massas de trabalhadores, nem a luta pela tomada do poder, nem a luta direta pelo socialismo. Essa política de acúmulo de forças pressupõe que o PT realize três atividades centrais:

- a) sua organização como força política socialista, independente e de massas;
- b) a construção da CUT, por meio de um movimento sindical classista, de massas e combativo, e a organização do movimento popular independente;
- c) a ocupação dos espaços institucionais nas eleições, como a eleição de deputados, vereadores e representantes nossos para os cargos executivos.

67. Embora a questão da tomada do poder não esteja colocada na ordem do dia, é fundamental que o PT não apenas se construa como um partido que tem por objetivo a construção do socialismo, mas que se apresenta para toda a sociedade como um partido socialista. Isso significa que uma das nossas tarefas fundamentais é a luta pela constituição do movimento dos trabalhadores como um movimento

claramente socialista, de generalização de uma consciência socialista entre os trabalhadores. Isso implica não apenas as tarefas de educação e formação política de massa, mas, principalmente, abordar as tarefas de conjuntura do ponto de vista da luta pelo socialismo, introduzindo, sempre, um componente de denúncia e crítica anticapitalista na atividade de massa do PT.

68. O PT deve apresentar-se como uma opção real de governo, com um plano econômico de emergência, capaz de tirar o Brasil da crise em que está afundando e de melhorar a situação dos trabalhadores e da maioria do povo, bem como com propostas de real democratização do País, que se expressarão na luta por uma Constituição progressista, nas lutas por autonomia e liberdade sindical, por Diretas-Já etc.

69. O PT deve, igualmente, adotar táticas que permitam aumentar sua força eleitoral em 88. No atual quadro do País, considerando as expectativas que parte significativa da população deposita no PT como alternativa à Nova República e ao PMDB, o crescimento e as eventuais vitórias eleitorais do Partido são componentes importantes do processo de acumulação de forças.

A ALTERNATIVA DEMOCRÁTICA E POPULAR E O SOCIALISMO

70. A alternativa que apresentamos à Nova República e à dominação burguesa no País é democrática e popular, e está articulada com nossa luta pelo socialismo.

71. Um governo e um programa democráticos e populares – os dois componentes de nossa alternativa – são o reconhecimento de que só uma aliança de classes, dos trabalhadores assalariados com as camadas médias e com o campo, tem condições de se contrapor à dominação burguesa no Brasil.

72. É por isso que o PT rejeita a formulação de uma alternativa nacional e democrática, que o PCB defendeu durante décadas, e coloca claramente a questão do socialismo. Porque o uso do termo nacional, nessa formulação, indica a participação da burguesia nessa aliança de classes – burguesia que é uma classe que não tem nada a oferecer ao nosso povo.

73. As propostas que proclamam a necessidade e a possibilidade imediata de um governo dos trabalhadores evitam a discussão sobre qual a tática, qual a política para alcançar esse objetivo. Na prática, separam a luta reivindicatória da luta política, por não compreenderem a necessidade da acumulação de forças. A retórica aparentemente esquerdista recobre a ausência de perspectivas políticas e uma concepção limitada, atrasada, das lutas reivindicatórias.

74. Na situação política caracterizada pela existência de um governo que execute um programa democrático, popular e antiimperialista, caberá ao PT e aos seus aliados criarem as condições para as transformações socialistas.

75. Nas condições do Brasil, um governo capaz de realizar as tarefas democráticas e populares, de caráter antiimperialista, antilatifundiário e antimonopólio – tarefas não efetivadas pela burguesia – tem um duplo significado: em primeiro lugar, é um governo de forças sociais em choque com o capitalismo e a ordem burguesa, portanto, um governo hegemônico pelo proletariado, e que só poderá viabilizar-se com uma ruptura revolucionária; em segundo lugar, a realização

das tarefas a que se propõe exige a adoção concomitante de medidas de caráter socialista em setores essenciais da economia e com o enfrentamento da resistência capitalista. Por essas condições, um governo dessa natureza não representa a formulação de uma nova teoria das etapas, imaginando uma etapa democrático-popular, e, o que é mais grave, criando ilusões, em amplos setores, na possibilidade de uma nova fase do capitalismo, uma fase democrática e popular.

A POLÍTICA DE ALIANÇAS DO PT

76. O PT surgiu marcando um rompimento com as tradições reformistas e/ou vanguardistas da esquerda brasileira. O princípio de identidade e independência de classe é o que o distingue dos partidos reformistas ligados a setores da classe trabalhadora. Ao vanguardismo, o PT contrapõe a política de organização aberta, democrática e de massas ligada à luta social. É esse espírito de independência de classe e de desilusão política com os partidos populistas – assim como os erros históricos do reformismo – que explica o receio do conjunto do PT em discutir uma política de alianças.

77. São muitas, no Brasil, as experiências de alianças dos trabalhadores assalariados com outras classes sociais. Na década de 20, os trabalhadores organizaram o Bloco Operário-Camponês. Depois da Segunda Guerra Mundial, o PCB atrelou os trabalhadores a uma suposta burguesia nacional em conflito com o imperialismo, e essa frente descambou em colaboração de classes e não numa política de alianças. Na década de 60, a Ação Popular propôs uma aliança operário-estudantil-camponesa, que tinha à frente o movimento estudantil e apresentava como plataforma um vago movimento contra a Ditadura e a solidariedade ao povo do Vietnã.

78. No entanto, no campo da luta dos trabalhadores, a esquerda brasileira, de maneira geral, sempre foi incapaz de estabelecer alianças – o que se refletiu na própria incapacidade de as diferentes correntes políticas de esquerda se unirem. O sectarismo, o fracionismo e a divisão, enquanto o Estado burguês se centralizava e a burguesia se unia, foram as marcas da esquerda brasileira.

79. Nas experiências das revoluções socialistas e de libertação nacional vitoriosas temos exemplos concretos de alianças, dentro e fora do campo dos trabalhadores. Os exemplos clássicos são a aliança operário-camponesa na Revolução Russa de 1917 e a união dos comunistas de Mao com os nacionalistas de Chiang Kai Shek, na guerra sino-japonesa.

80. Mais recentemente, a Nicarágua é um exemplo claro de uma política de alianças que leva à vitória da revolução. A FSLN [Frente Sandinista de Libertação Nacional] não só fez alianças durante o processo revolucionário, como as mantém diante das agressões do imperialismo e das necessidades concretas da reconstrução do país. A experiência histórica mostra que nenhum partido revolucionário chegou ao poder sozinho. Foram sempre necessárias alianças, ainda que parciais e por tempo determinado. Os programas desses partidos contemplam os reais interesses das classes e camadas às quais se propunha o estabelecimento de alianças.

ALIANÇAS COM PRINCÍPIOS

81. O PT tem enfrentado muitas dificuldades para discutir a questão das alianças, em parte pela experiência negativa da esquerda brasileira, em parte pelo sentimento de independência de classe, mas é preciso reconhecer que o sectarismo e a intolerância também têm impedido que essa discussão avance no Partido. Toda vez que se levanta a necessidade de discussão, ou se propõe concretamente uma aliança, impede-se a discussão com acusações de “reformista” ou “aliado da burguesia”, sempre brandindo o fantasma da transformação do PT num partido reformista.

82. Esse comportamento tem trazido prejuízos ao PT. O exemplo mais sério foi a falta de iniciativa do Partido, em São Paulo, que permitiu a ação política proposta pelo MOMSP [Movimento de Oposição Metalúrgica de São Paulo] e, depois, assumida pela CUT, que levou à vitória de Luiz Antonio Medeiros, continuador da política pelega de Joaquinção. Não custa, sobre isso, lembrar que nas recentes eleições do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, graças à aplicação de uma política correta de alianças, obtivemos importante vitória.

83. Na prática, a realidade nos impõe alianças, e de fato as fazemos, como em 1984, na campanha das Diretas, quando o PT, objetivamente, fez uma aliança com a oposição liberal burguesa e setores da pequena burguesia contra a Ditadura Militar. A sobrevivência do Colégio Eleitoral e a instauração da Nova República não indicam que erramos por termos feito aliança, mostram apenas que, ao lado da imensa maioria do povo, fomos derrotados pelas classes dominantes.

84. Outro exemplo de aliança foi a tática eleitoral formulada para as eleições de 1986, em que se previa a possibilidade de coligações, desde que cumpridas as condições estabelecidas pelo Encontro Nacional. Era a reafirmação de nosso slogan “o PT não se funde, nem se confunde”, mas também uma resposta aos que nos acusam de sectários e puristas. Aliança não é uma questão de princípios para o PT, mas o PT só faz alianças com princípios.

85. Por tudo isso, é chegada a hora de o PT definir uma política de alianças, baseada em seu programa e na independência de classe dos trabalhadores, que leve em conta a correlação de forças hoje existente na sociedade brasileira. Essa política inclui alianças táticas e estratégicas com setores interessados no fim da dominação burguesa.

A Política de Alianças que Propomos

86. O desenvolvimento do capitalismo brasileiro criou uma sociedade de classes complexa, em que, ao lado da classe trabalhadora, cujo centro é o operariado, existem amplos setores sociais e frações de classes com interesses contraditórios em relação às classes dominantes. Setenta milhões de brasileiros vivem excluídos, de fato, dos direitos sociais e políticos, do mercado de trabalho formal e à margem dos serviços sociais.

87. Esse quadro nos coloca a necessidade de construir uma política para a pequena produção e a pequena propriedade, ao lado da defesa de milhões de brasileiros excluídos e segregados pela lógica do mercado e da livre iniciativa, organizando a luta contra a fome e a miséria.

88. A partir de um programa da classe trabalhadora para conquistar o poder, dirigir o País e iniciar a construção do socialismo, o PT tem, então, que assumir uma política de alianças para o Brasil de hoje.

ALIANÇAS ESTRATÉGICAS: A FRENTE ÚNICA CLASSISTA

89. Temos que buscar alianças com as forças que atuam no movimento operário e popular e, principalmente, dentro do movimento sindical, para nos opormos à burguesia e à ideologia dominante.

90. Isso significa que devemos tomar a iniciativa nas bases dos partidos que se reivindicam comunistas, socialistas e de trabalhadores, propondo, publicamente, a unidade de ação política da classe trabalhadora.

Alianças estratégicas: A Frente Democrática e Popular

91. A frente única classista – que engloba todos os trabalhadores assalariados – não é suficiente para derrotar a dominação burguesa neste país. Para isso, é necessária uma aliança de todos os setores que, por suas contradições com a burguesia, estejam dispostos a marchar com os trabalhadores na luta pelo poder. Para o PT, não há aliança estratégica com setores da burguesia.

92. Os setores que chamamos normalmente de camadas médias e pequena burguesia – sendo, estes últimos, trabalhadores e também proprietários de seus meios de produção – embora tenham interesses comuns com a burguesia (por exemplo, algumas camadas de pequenos proprietários vivem da exploração do trabalho assalariado, ainda que em pequena escala) têm, também, profundas contradições com o capitalismo, que os coloca cotidianamente sob ameaça de arruinamento e de proletarização.

93. Na luta pelo socialismo, deverão ser levadas em conta reivindicações e interesses de outros setores populares, que são alijados de seus direitos e são vítimas da opressão, das injustiças e da violência do sistema capitalista. O proletariado urbano e rural é a força principal do processo de transformação para o socialismo. O operariado industrial é o seu setor mais importante, concentrado e capacitado a dirigir o processo revolucionário. Os camponeses pobres e os assalariados urbanos são os principais aliados do proletário. Setores amplos, como a camada semiproletarizada, marginalizada do mercado de trabalho e de consumo, que tem características explosivas de manifestação, precisam ser ganhos para uma perspectiva revolucionária. Há também setores urbanos numerosos que, por suas contradições com o sistema burguês, podem ser atraídos para o bloco revolucionário. Localizam-se aí a intelectualidade progressista e democrática e os pequenos proprietários.

94. É claro que, numa aliança desse tipo, haverá uma disputa permanente entre os trabalhadores assalariados e os setores pequeno-burgueses. Por isso, é fundamental que a classe trabalhadora forje sua unidade interna, para assim conseguir conquistar a hegemonia no conjunto da frente democrática e popular.

As alianças táticas

95. A partir da definição geral das alianças estratégicas, que visam reunir e organizar em torno da classe trabalhadora os setores médios, teremos uma linha para estabelecer, aqui e agora, táticas em torno das lutas contra a Nova República

na Constituinte e nas lutas sociais. Prevalecerá sempre a priorização das alianças dentro das classes trabalhadoras; mas não devemos – resguardada a independência do PT – deixar de realizar alianças táticas com forças políticas em torno de objetivos imediatos ou a médio prazo.

Alianças táticas na Constituinte

96. A partir do projeto de Constituição do PT e das iniciativas populares aprovadas pelo Diretório Nacional, devemos fazer o mais amplo arco de alianças, para nos opormos à aliança conservadora, articulada por Sarney em torno do PFL e da direita do PMDB. É preciso articular a pressão e mobilização social sobre Brasília com uma política de alianças que nos permita enfrentar a direita e a reação latifundiária. Na defesa da soberania nacional, contra o pagamento da dívida externa e a submissão de nossa economia ao FMI, ao capital estrangeiro e ao Imperialismo, o nosso arco de alianças atinge até mesmo alguns setores burgueses e liberais. Devemos ter firmeza sobre a necessidade de tais alianças e, ao mesmo tempo, ter clareza de suas limitações.

97. Nossa força advém da formação com outras correntes políticas, sindicais e associativas, dos comitês de defesa do povo na Constituinte e do Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte, e deve se expressar no Parlamento num bloco com os partidos progressistas e democráticos contra a reação e a direita.

Alianças táticas na luta contra a Nova República e o Governo Sarney

98. Para nos contrapormos à transição conservadora e impor eleições diretas já, devemos articular alianças em torno da Campanha das Diretas, sem abandonar nossa campanha contra Sarney e a dívida e por Diretas-Já. Foi a partir de nossa mobilização e do aprofundamento da crise governamental que fomos capazes de atrair para nosso campo forças que, antes, estavam indefinidas em relação à Nova República ou que corriam em raia própria, como o PCdoB e o PSB, e mesmo o PMDB.

Alianças táticas na luta sindical e popular

99. É no campo sindical e popular que o PT e seus militantes têm mais força – que nos leva, muitas vezes, a subestimar a necessidade de alianças políticas. As dificuldades aumentam no caso dos movimentos populares, em que muitas áreas políticas estão comprometidas com os governos estaduais e federal, e vacilam em se opor, como no caso da Prefeitura Janista [São Paulo]. Entretanto, devemos, sempre que possível, buscar a unidade de ação em torno das reivindicações populares, pressionando os governos e propondo alternativas às políticas de habitação, saúde, transportes, educação e saneamento, politizando e unificando os movimentos.

100. Mesmo que não façamos alianças, temos que trabalhar com todas as forças partidárias no movimento popular, respeitando as decisões das assembleias e dos encontros, mesmo quando nossa posição não prevalecer.

101. O movimento sindical é o espaço privilegiado para uma política de frente única contra a burguesia, já que se trata de uma luta política em que os trabalhadores identificam, de forma mais direta e precisa, seus principais exploradores. Dessa forma, defendemos o princípio de que devemos buscar essa unidade em torno dos interesses da classe trabalhadora, a partir dos organismos por local de trabalho, do sindicato, das centrais sindicais e de outras formas ou locais de organização dos trabalhadores.

Alianças no Parlamento

102. Temos já algumas experiências em alianças pontuais ou parciais com outras forças políticas, nas Câmaras de Vereadores, Assembleias Legislativas e Congresso Nacional. O exemplo mais recente é a nossa atuação antijanista na Câmara dos Vereadores de São Paulo, em conjunto com parte do PMDB; ou na Assembleia Legislativa de São Paulo, em defesa do gatilho do funcionalismo público, quando nossa bancada, apoiada na luta dos funcionários, aplicou uma tática correta, que impôs ao Governo Quéricia uma grande derrota, arrastando PTB, PDS, PFL e PDT ao voto contra o governo e rachando o bloco situacionista PMDB-PFL.

ALIANÇAS ELEITORAIS

103. As alianças eleitorais são mais complexas e exigem uma discussão sobre cada processo, sobre a situação objetiva da cidade, do estado ou do País, sobre as regras eleitorais, os outros candidatos e os objetivos de nosso Partido em cada eleição.

104. De maneira geral, somos pelo lançamento de candidatura própria, com programas de governo e posição sobre os problemas nacionais. Entendemos necessário construir nossa própria força eleitoral e eleger candidatos petistas, mas não afastamos a hipótese de coligações, alianças eleitorais, frentes ou coalizões.

105. Nas eleições de 1986, fizemos uma aliança com o PV, tendo o companheiro Fernando Gabeira saído candidato pelo PT. Tratou-se, na verdade, de uma coligação que ganhou forma de aliança e que possibilitou ao PT a eleição de dois deputados federais e quatro estaduais, não inviabilizando nossa mensagem política, nem arranhando nossa independência e nossa proposta socialista.

106. Existem resoluções que estabelecem normas e regras de procedimentos para a realização de coligações e alianças eleitorais. O que é preciso, agora, é analisar cada realidade e situação, mantendo nossa posição contra a transição conservadora e o Governo Sarney, nossa independência e a proposta socialista.

107. Por outro lado, não podemos perder o espírito de vigilância petista, principalmente num ano de eleições municipais, em que nossa legenda cresce, já que ter uma política de alianças nada tem a ver com o inchaço ou a diluição de nosso Partido e de sua proposta.

A POLÍTICA SINDICAL DO PT

108. Em maio/junho de 1986, foi aprovada, no 4º Encontro Nacional do PT, nossa Linha Sindical, cujo eixo é a defesa da democracia interna e da independência dos sindicatos em relação à burguesia e o Estado e da autonomia em relação aos partidos políticos. Por isso, defendemos a extinção da Contribuição Sindical, não aceitamos a unidade imposta por lei e apoiamos a ratificação, pelo Congresso Nacional, da Convenção 87 da OIT [Organização Internacional do Trabalho]. Contra o pluralismo e a unicidade imposta, a favor da unidade sindical construída na luta dos trabalhadores, eis a síntese de nossa proposta.

109. Faz tempo que decidimos criar secretarias sindicais nos Diretórios Regionais, formar núcleos de base por categorias e local de trabalho, ambos meios de implementar nossa política sindical e de implantar nosso Partido nas fábricas e categorias, como instrumento insubstituível de organização dos trabalhadores na luta pelo socialismo, pela construção do movimento sindical classista, unitário, de massas, democrático e independente dos patrões e do Estado, autônomo perante os partidos.

110. Todo petista deve ser sindicalizado e deve ter como tarefas a luta pela formação de comissões de fábrica, o estímulo à organização do movimento sindical pela base, à presença nas assembleias, nas greves, em todas as lutas, no trabalho de imprensa e de esclarecimento dos trabalhadores. Os petistas devem lutar para democratizar os sindicatos, para engajá-los nas batalhas políticas gerais de interesse dos trabalhadores, pela democracia e contra a política econômica e social do governo da transição conservadora.

111. O PT prioriza, também, a atuação no sindicalismo rural, buscando unir os trabalhadores do campo e da cidade.

112. O documento que sintetizou a Linha Sindical do PT aponta a necessidade de os dirigentes sindicais petistas assumirem plenamente suas responsabilidades na construção do Partido. Essa questão era e é importante, porque tem havido uma inversão no processo: os sindicalistas que avançaram e criaram um partido político estão atuando apenas nos sindicatos, como ativistas políticos.

113. Há os que consideram que, criado o PT, podem se dedicar apenas ao sindicato. Há os que atuam no sindicato inteiramente à margem do Partido, como se o PT fosse estranho aos problemas do sindicalismo.

114. Ambas as posturas são equivocadas. Nossos dirigentes sindicais devem ser, cada vez mais, ativistas partidários atuantes no movimento sindical. Ao lutar para transformar nossos dirigentes sindicais em quadros partidários, não ferimos a autonomia dos sindicatos. Em primeiro lugar, pelo fato de a entidade não se confundir com seus dirigentes mas, mais importante que isso, pela posição de princípio que nos orienta: os militantes do PT devem submeter-se à disciplina sindical, acatar as decisões aprovadas democraticamente nas assembleias, mesmo que tais decisões não coincidam com as propostas do Partido.

115. Além desse problema, há outro, muito grave: a confusão que vem se aprofundando entre o PT e a CUT. Muitos pensam que – já que são petistas e revolucionários – podem impor à CUT e aos sindicatos o programa do Partido. Com essa posição, correm o duplo risco de perderem influência e isolarem-se, e arrastar o movimento sindical para o vanguardismo.

116. Impõe-se a retomada da discussão sobre a Linha Sindical do PT por três motivos principais:

a) a legislação sindical e trabalhista está sendo alterada pelo Congresso Constituinte;

b) o sindicalismo classista enfrenta dificuldades para encaminhar as lutas dos trabalhadores, decorrentes da recessão, do desemprego, das condutas patronais e governamentais hostis e do redobrado esforço da burguesia para lhe contrapor o sindicalismo apolítico, de negócios, de que são garotos-propaganda Luiz Antonio Medeiros e Antonio Rogério Magri;

c) há grandes divergências entre nós sobre os caminhos a seguir.

117. A política do PT para os sindicatos tem como objetivo fortalecer os enquanto autênticas organizações de massa, unitárias, representativas, independentes do Estado e dos patrões, voltadas para a conquista das reivindicações imediatas e comprometidas com os interesses históricos dos trabalhadores.

118. Os sindicatos se afirmam, principalmente, como instrumento de luta por melhores salários e condições de trabalho. São mais fortes quando estão em sintonia com o nível de consciência das amplas massas que agregam, quando lutam por reivindicações efetivamente claras aos trabalhadores.

119. A luta sindical, por si só, é incapaz de resolver os grandes males – desemprego, exploração, alienação do trabalho – decorrentes do capitalismo. Isso não impede que o movimento sindical, quando consegue unir os trabalhadores enquanto classe na luta contra a burguesia, assuma um caráter anticapitalista e funcione como escola de socialismo. Mas só a organização político-partidária dos trabalhadores abre o caminho para a conquista do poder e a construção do socialismo. O sindicalismo classista busca unir os trabalhadores, como classe na luta concreta contra a burguesia. Possui uma perspectiva socialista. Pavimenta o caminho por onde massas de trabalhadores lançam-se num movimento mais amplo.

120. Nas suas lutas, os trabalhadores criaram duas formas básicas de organização: os sindicatos e os partidos operários. Ao longo de mais de um século, essas duas formas vêm estabelecendo modos variados de inter-relação. A experiência tem demonstrado que o fortalecimento das duas principais formas de organização do movimento dos trabalhadores exige o respeito à autonomia de cada uma delas.

121. Embora sejam ambos instrumentos do movimento dos trabalhadores, sindicatos e partidos têm natureza, objetivos e estrutura organizativa distintos. Basta lembrar que o Partido impõe, como condição de filiação, a aceitação de seu programa, pois sua força depende da coesão ideológica e política de seus membros. Já o sindicato busca seus associados independente da ideologia ou da posição política, pois sua força deriva da capacidade de representar e unir o maior número possível de trabalhadores.

122. Os militantes do PT devem rejeitar, categoricamente, as idéias que induzam os sindicatos a se transformarem em apêndices de partidos. Os sindicatos não devem ser utilizados como correias de transmissão de nenhum partido. Só assim serão fortalecidos e transformados em autênticas organizações autônomas de massa. O PT julga conveniente que seus dirigentes evitem a acumulação de cargos entre partido e sindicato, em face do acúmulo de tarefas e certas confusões que a dupla função acarreta. Entretanto, o PT não considera correta a tese que prega a incompatibilidade absoluta entre cargos de direção partidária e sindical, visto que a acumulação ou divisão de cargos depende da capacidade do movimento dos trabalhadores gerar lideranças em número suficiente para suprir a necessidade organizativa dos sindicatos e do Partido.

123. A autonomia deve ser defendida em quaisquer circunstâncias e é um princípio fundamental e estratégico do movimento operário. Fundamental e estratégico porque ultrapassa os objetivos imediatos desse movimento e mantém

sua validade mesmo ante um governo de trabalhadores. Lutamos pelo socialismo e entendemos que o socialismo não deve negar a liberdade de organização sindical e partidária dos trabalhadores.

124. A história do movimento dos trabalhadores nos ensina que o sindicalismo de massas e a organização política dos trabalhadores na luta pelo socialismo sempre mantiveram estreita relação. A evolução desse processo, no entanto, não foi simples. Apareceram formas de organização distintas, procurando responder a novos problemas e novas concepções políticas em discussão no movimento operário.

125. Com o surgimento de tendências no sentido da adaptação às democracias parlamentares, em particular na Europa, a partir do final do século passado, ganhou corpo o sindicalismo reformista, que procurou enquadrar as lutas sindicais na política social-democrática de gerenciamento do Estado burguês. Nesse processo de adaptação foi se afirmando, em diversos partidos e sindicatos, uma política de colaboração de classes, visando, no limite, a realização de reformas e recusando o questionamento da exploração capitalista. Com a degeneração da social-democracia, com a cristalização de sua política reformista, grande parte do movimento operário e sindical acabou por abandonar a perspectiva de luta pelo socialismo.

126. Em reação ao reformismo, em grande parte diante da degeneração dos partidos ligados à política de colaboração de classes, desenvolveu-se um sindicalismo vanguardista, através de correntes que rejeitaram a forma partidária de organização, procurando impulsionar a luta operária limitada ao movimento sindical. Essa política, que se expressou por meio do chamado sindicalismo revolucionário, ou do anarco-sindicalismo, foi incapaz de compreender o significado da construção de um partido independente da classe trabalhadora, distinto dos sindicatos.

127. O resultado dessa política foi ou a perpetuação de sindicatos minoritários e sectários, ou a criação de obstáculos ao desenvolvimento de um partido político revolucionário com base de massas. Tanto o sindicalismo reformista quanto o sindicalismo dito revolucionário, historicamente fracassados, surgiram em função dos partidos ou correntes operárias e, não obstante seus resultados negativos, são reintroduzidos constantemente no movimento sindical sob novas roupagens.

128. A prática sindical revolucionária é necessariamente uma prática de massas. É preciso ouvir os trabalhadores e comunicar-se com eles em sua própria linguagem. Não há o menor interesse, nem para a revolução em geral, nem para o PT em particular, em utilizar um linguajar pretensamente revolucionário, mas que a massa tem dificuldade de compreender. Não há interesse em diferenciar-se da massa de trabalhadores bancando o vanguardista.

129. As duas formas de sindicalismo – reformista e revolucionário – que se desenvolveram mais intensamente no interior do movimento operário europeu tiveram, no Brasil, uma pálida expressão, devido à ausência de fortes partidos operários e, fundamentalmente, devido à ação do Estado na tutela dos sindicatos e na criação e sustentação dos pelegos. Na época atual, principalmente no pós-guerra, têm-se desenvolvido fortes pressões no sentido do atrelamento das organizações sindicais ao Estado burguês. No Brasil, o sindicalismo subordinado ao Ministério do Trabalho é um dos resultados dessas pressões, particularmente reforçadas pelo Governo Vargas nos anos 30, que se utilizou, num momento

seguinte, do PTB (ligado ao apelo nacionalista) para a sua manutenção. Contra essa tendência geral, a luta dos trabalhadores em defesa da independência de seus sindicatos em relação ao Estado sempre teve importância decisiva e não encontrou no PCB um apoio para se desenvolver.

130. A responsabilidade do PT, hoje, é enorme nesse sentido, particularmente quando nosso Partido tem dado mostras de [assumir] essa luta de frente, como foi o caso, por exemplo, da fundação da CUT, em 1983. Por isso, não podemos, em hipótese alguma, deixar de lado as duas exigências básicas para o funcionamento do sindicalismo classista: independente em relação à burguesia e ao Estado; democracia operária nos sindicatos.

131. O fenômeno do peleguismo, que tem sua origem na quebra dessas duas exigências, sempre esteve ligado, no Brasil, à ação do Estado como tutor dos sindicatos. Nesse sentido, o peleguismo não é o mesmo que reformismo. Enquanto os reformistas, na maioria dos casos, estão ligados a partidos políticos em degeneração, os pelegos são produto da subordinação dos sindicatos ao Estado e funcionam como seus agentes no interior do movimento. A maioria da cúpula sindical encastelada nas Confederações, na USI [União Sindical Independente], nas Federações, é herança autêntica desse fenômeno e deve ser combatida implacavelmente.

132. O chamado sindicalismo de negócios – encarnado hoje por Magri e Luiz Antonio [Medeiros] – inspira sua política no peleguismo, mescla sua ação com traços do sindicalismo reformista, em função da crise que vivem hoje nos sindicatos. O surgimento do PT e da CUT, o amadurecimento do movimento dos trabalhadores, a crise da burguesia e do governo estão na raiz desse fenômeno, que obriga muitos pelegos a abandonarem sua postura clássica, se quiserem se portar como interlocutores do capital no movimento operário. O sindicalismo de negócios não representa, por isso, um novo sindicalismo, uma vertente nova do movimento operário e deve ser duramente combatido, pois é obstáculo à livre organização sindical, à CUT e ao desenvolvimento da organização política dos trabalhadores. Essas características poderão se tornar mais flagrantes, se aprofundarem os laços com o sindicalismo americano.

133. Um equívoco freqüente é o que atribui aos sindicatos funções econômicas, cabendo aos partidos tarefas políticas. Na realidade, tanto nos países capitalistas desenvolvidos como no Brasil os sindicatos lutam por objetivos políticos e econômicos. Não se pode esquecer que, no Brasil, a dominação burguesa recorre continuamente à proteção do Estado, tanto na forma bruta de repressão e legislação, antidemocrática, como na regulação dos indicadores econômicos, dos limites de variação salarial etc. A luta reivindicatória mais específica assume, com facilidade, caráter político.

134. O que a luta sindical tem de característico não é o objetivo econômico ou político, mas o fato de que deve abarcar, necessariamente, tanto os setores mais politizados quanto os mais atrasados do movimento operário. Para isso, o sindicato não deve perder de vista o objetivo de alcançar as reivindicações levantadas pelos trabalhadores. Acumular forças, antes de tudo, é acumular experiências de lutas bem-sucedidas e acumular vitórias.

135. O sindicalismo classista considera a defesa da democracia operária nos sindicatos uma questão de princípios. O esforço pela unidade por objetivos comuns, pela convivência e debate das mais diversas propostas e concepções, pela tolerância em relação às divergências, deve combinar-se com a exigência de unidade de ação e o encaminhamento das decisões aprovadas democraticamente pela maioria.

136. A proposta sindical do PT não nasceu do casamento entre o papel e a máquina de escrever. Ela emerge das grandes greves operárias do ABC, deflagradas a partir de 1978, e é fruto de uma prática sindical combativa, classista, de massas, unitária, democrática, independente do Estado e dos patrões, verdadeiramente autônoma. É para aquela experiência que se deve voltar o militante petista, para encontrar o norte de sua atividade sindical.

137. Com base em toda essa experiência acumulada de quase uma década de luta, e na reflexão sobre a história do movimento operário, podemos concluir que a independência e a democracia interna devem estar acima de qualquer outra consideração nas relações com outras correntes do movimento sindical, e não se pode sacrificar isso em nome de uma unidade sem princípios. Pois quem defende a classe operária não pode aceitar que a burguesia ou o Estado burguês decida na escolha das direções sindicais e na forma de sustentação financeira dos sindicatos.

138. O PT não defende o pluralismo sindical. Pelo contrário, orienta seus militantes para lutar pela participação de todos os trabalhadores em sindicatos unitários. Sua única exigência deve ser a de que essa unidade seja decidida democraticamente pelos próprios trabalhadores, e não imposta pelo Estado burguês. Essa questão se reveste da maior importância diante da possível aprovação de princípios da Convenção 87 da OIT na Constituinte, pela qual lutamos, e que estabelece a liberdade sindical.

139. Porém, combatemos – e vamos continuar combatendo – a pulverização dos sindicatos, o pluralismo. Não devemos desistir do esforço de desenvolver oposições aos pelegos e reformistas, para cair numa política de fundar sindicatos puros, revolucionários, mas que, na verdade, não representam o conjunto da categoria e sim uma pequena parcela. No entanto, pode ocorrer que, em alguns sindicatos dirigidos por pelegos-policiais, sem qualquer democracia interna, totalmente afastados das bases (um aparelho sem massa), a CUT se veja diante da situação de discutir a fundação de um verdadeiro sindicato.

140. O combate do PT ao sindicalismo reformista e ao peleguismo exige uma atitude crítica e de enfrentamento político da CGT e da USI, que é a forma mais atrasada e acabada de peleguismo. A CGT, apesar de sua composição política heterogênea, tem como elemento central de sua proposta sindical a defesa da estrutura atrelada e corporativista e a prática do sindicalismo reformista. Esta concepção de papel de organização sindical conduz, inevitavelmente, à política de conciliação de classes, que se opõe frontalmente à política sindical independente. Nessas condições, a CUT é o grande instrumento de luta da classe trabalhadora no plano sindical, e o seu fortalecimento é o caminho de construção de um sindicalismo de classe, que deve orientar-se para a organização unitária das amplas massas e com total e absoluta independência do Estado.

A ORGANIZAÇÃO DOS PETISTAS SINDICALISTAS

141. A aplicação da Linha Sindical do PT requer melhor organização de nossos militantes nessa área, indispensável para atuação unitária no movimento sindical. Todos concordam com o efeito negativo do enfrentamento de propostas opostas entre si, apresentadas por petistas, nas entidades sindicais. É preciso organizar instância em que as naturais diferenças de opinião possam ser expressas e onde se defina, democraticamente, a posição partidária. Essas instâncias são quatro.

142. Secretarias Sindicais – Instâncias auxiliares dos Diretórios, devem ser compostas por companheiros de peso, quadros do Partido, com reconhecida autoridade política e experiência para agrupar um coletivo de companheiros que auxilie o trabalho de nucleação, reúna plenárias de sindicalistas e ajude a desenvolver as atividades de formação. Nas eleições sindicais, deve haver um esforço profundo para que os petistas integrem a mesma chapa e uma só chapa da CUT. Para isso, é necessário que a direção do PT se comprometa a organizar o maior número de filiados das várias categorias, por ocasião das respectivas decisões, para realizar plenárias (de petistas) com a participação de membros das Comissões Executivas, em nível nacional, regional e municipal. Essas plenárias objetivam avaliar a situação do movimento, suas perspectivas e a melhor tática a ser adotada pelo PT e seus militantes, em consonância com nossa linha sindical e sem se sobrepor às instâncias partidárias. Deve ser preocupação constante ampliar essa discussão para o conjunto do Partido e suas instâncias de decisão, que deverão aprová-las, para que sejam transformadas em resoluções e desenvolver esforços para a unificação dos cutistas. Com base nesse processo, cabe aos petistas intervir no próprio movimento sindical. Compreendendo suas especificidades e batalhando por:

a) plenária da CUT – neste espaço, os petistas devem atuar decididamente, procurando constituir uma chapa unitária da CUT e decidir as melhores formas para ampliar a influência da CUT na categoria e definir as alianças possíveis no interior do movimento;

b) plenária da categoria – devemos disputar a hegemonia nas assembléias da categoria, a partir do que acumulamos e da política traçada no âmbito do PT e da CUT. Finalmente, o PT tem como princípio respeitar as decisões democráticas das instâncias sindicais.

143. Núcleos por Categoria e Local de Trabalho – Temos que partir da clara definição do núcleo como organismo de base do Partido, que reúne os filiados para discutir, organizar e executar a ação política; para educá-los politicamente, para atrair novos filiados. O núcleo de base do PT não se confunde nem substitui organizações de massa mais amplas (comissões de fábricas, CIPAS, grupos de oposição sindical), mas discute a participação dos petistas nessas organizações. O mesmo deve ocorrer na relação do núcleo de categoria com o respectivo sindicato. Pode parecer desnecessário, mas experiências negativas do passado requerem que se afirme o caráter permanente do núcleo de base, correspondente à natureza também permanente do Partido dos Trabalhadores. É, igualmente, o caráter global de sua atividade, que não deve se limitar à esfera sindical.

144. Coletivos de Diretores Petistas de um Sindicato – Estes coletivos têm por objetivo coordenar o trabalho de militantes petistas que integrem a diretoria de um sindicato ou uma instância da CUT. Eles não podem ser deliberativos, pois não estão previstos em nosso Estatuto. Também não poderão substituir, na fixação da posição do Partido na entidade de massa, o papel do(s) núcleo(s). Mas podem ajudar a unificar a atuação dos petistas em diretorias ou direções das quais participam outras correntes ou partidos políticos. Mesmo onde a hegemonia é amplamente petista, as divergências, passando antes por uma discussão num âmbito partidário, podem ser superadas em benefício de uma intervenção pública mais coesa e positiva para o próprio desempenho do sindicato.

145. Plenária de Categorias – Mesmo existindo núcleos por categoria ou local de trabalho, trabalhadores e mesmo dirigentes sindicais podem estar militando em núcleos de bairro ou ligados ao movimento popular. Determinadas questões – eleições sindicais, greves, campanhas várias – podem exigir uma reunião de todos os petistas da categoria.

O PT E O MOVIMENTO POPULAR

146. O movimento popular é uma das vertentes formadoras do PT. Porém, a compreensão de seu significado em relação aos objetivos socialistas do Partido ainda está pouco desenvolvida. O movimento sindical é bem mais compreendido, por ser mais permanente, por ter um caráter mais nítido de luta de classes e por existir uma vasta teoria a seu respeito.

147. O grande drama dos trabalhadores é que suas vitórias sindicais no interior do processo são anuladas na hora de consumir os bens e serviços, que é o campo da luta popular. Por isso, o desenvolvimento e a relação dos dois movimentos têm não só importância política e ideológica. Têm, ainda, uma base material. Se a luta popular não avança, as conquistas do movimento sindical são prejudicadas, pois os objetivos finais dos dois movimentos são iguais: melhorar as condições de vida dos trabalhadores.

148. O movimento popular é uma das frentes da luta de classes. Sua composição social é heterogênea, seus objetivos imediatos bastante diversificados, mas é evidente que nos movimentos populares de maior peso predominam os trabalhadores assalariados e autônomos de baixa renda, em conflito contra o Estado, que representa a classe dominante, ou contra setores capitalistas, como os grandes proprietários de terra urbana, os empresários da saúde, educação, transporte.

149. É um movimento de grande potencial na luta pelo socialismo, pois há nele, já formulados e em processo de massificação, objetivos e propostas que, se em tese são possíveis dentro do capitalismo, a atual sociedade capitalista não parece capaz ou disposta a ceder. Destacam-se, nesse sentido, entre suas bandeiras: a estatização dos serviços de transporte público, saúde e educação; a participação popular nas decisões e na gestão dos órgãos do Estado e das empresas públicas; o fim da grande propriedade territorial urbana. Além disso, há bandeiras que só o avanço dentro do socialismo permitirá ver vitoriosas. Caso da preservação do meio

ambiente, o fim da discriminação racial e da discriminação da mulher e o respeito aos direitos humanos.

150. O desenvolvimento da luta popular tem grande importância no processo de formação de consciência das classes trabalhadoras. Ajuda a desmistificar a idéia do Estado acima das classes e estimula a idéia de um governo controlado pelos trabalhadores, na medida em que, nos choques e na luta, revela o atual Estado voltado para ampliar o predomínio político das classes proprietárias.

DIRETRIZES PARA O MOVIMENTO POPULAR

151. É necessário formular um conjunto de diretrizes que unifiquem a intervenção dos petistas na luta popular. Isso será um passo adiante em relação às políticas dispersas hoje praticadas por organismos e militantes do Partido. Essa tarefa será assumida pelas instâncias partidárias, na medida em que se generalizar a compreensão do papel estratégico desse movimento na luta pela transformação social.

152. Já há, na elaboração teórica do PT, o princípio da autonomia dos movimentos populares em relação ao Partido. Devido aos diferentes graus de consciência da população, os partidos têm uma amplitude menor do que os movimentos, que são mais amplos e suprapartidários. Todavia, não se deve confundir essa independência dos movimentos com a ausência de disputa pela linha dirigente, a ser adotada em suas instâncias próprias de deliberação. Por isso, os militantes do PT devem – ao mesmo tempo que defendem a democracia interna dos movimentos – lutar pela vitória das propostas do Partido.

153. Outro princípio consagrado entre nós é o da autonomia dos movimentos populares em relação ao Estado. Por isso, devemos reagir à política de cooptação dos movimentos pelos executivos e pelos parlamentares de qualquer partido, sem desmerecer o papel importante que têm os executivos e parlamentares petistas no impulso à luta popular, à sua politização e à sua participação nas instâncias decisórias do Estado.

154. O Partido deve definir as lutas prioritárias do movimento, do ponto de vista estratégico, e quais delas assumem maior importância conjuntural. Para isso, devem ser observados alguns pressupostos: o caráter de massa dessas lutas; o crescimento da consciência de classe pelos confrontos que produz; a possibilidade de sua unificação nacional, estadual e local; a experiência e organização já existentes.

155. Dentro desses pressupostos, destacam-se principalmente as lutas por moradia, saúde, educação, transportes, ecologia e contra a discriminação do negro e da mulher. Conjunturalmente, tem sido mais massiva a luta por moradia, devido, principalmente, à crise da política habitacional do governo e das relações do inquilinato. Ainda assumirá destaque imediato a questão da discriminação racial, gerada pelo impacto que terá o Centenário da Abolição da Escravatura, em 1988.

156. O Partido deve, também, definir suas propostas políticas nacionais, principalmente para as lutas prioritárias, a partir das propostas já produzidas, em todo o País, em encontros específicos, seminários, plataformas municipais e estaduais. Ao produzi-las, deve-se levar em conta as peculiaridades regionais.

Evidentemente, dependerá da avaliação da situação conjuntural de cada local e cada movimento a maneira como essas propostas serão levadas pelos nossos militantes.

157. O caráter suprapartidário do movimento popular põe em cena a nossa política de alianças, dentro dele, com outras forças políticas e entidades, como alianças dos petistas com militantes de outros partidos dentro do movimento popular. Essas alianças devem ter, para nós, o objetivo de reforçar o movimento popular contra o Estado capitalista e o capital e, ainda, ampliar a base atingida pelas propostas imediatas ou a prazo de interesse dos trabalhadores. Nesse sentido, são prioritárias as alianças com militantes de partidos que representam trabalhadores e que têm no socialismo o objetivo final. As alianças se estenderão, muitas vezes, também a militantes de partidos burgueses, desde que pertencentes a segmentos ligados às lutas e aspirações dos trabalhadores. Essas alianças devem ser pesadas pelos organismos do Partido, e serão eficientes se tiverem, como pressuposto do Partido para o movimento, a clareza da linha do PT, a firmeza de nossos quadros e a existência de bases próprias.

158. Nossa política para o movimento deve levar em conta a necessidade de reagir aos processos de cooptação pelo Estado, intensificados principalmente pelo PMDB no período de abertura política da Ditadura Militar e consagrados pela Nova República. Fazem parte dessa reação a recusa e a denúncia do clientelismo, eleitoralismo e assistencialismo.

159. O movimento popular ainda está em processo de superação da crise gerada pelo esgotamento das formas de atuação vividas no período da Ditadura. A Nova República reconheceu, formalmente, os direitos sociais e políticos que eram negados anteriormente e canalizou os conflitos para espaços de negociação controlados pela burguesia, sem abandonar o recurso suplementar da ameaça ou da pressão. Tem procurado, assim, destruir a capacidade de pressão de organização independente, autônoma e classista dos movimentos. Por isso, o movimento ainda precisa completar o passo adiante, que está ensaiando na nova situação política.

160. É preciso que, além da mobilização para exigir serviços, bens ou direitos, o movimento formule políticas alternativas àquelas apresentadas pelo Estado e participe dos espaços institucionais, respaldado em propostas próprias, em bases sociais de apoio e mantendo sua autonomia, para denúncia concreta da falsa participação popular com que acenam os partidos burgueses. Deve buscar medidas democráticas radicais, como a transparência do poder público à população e a suas entidades, como a formação pelo movimento e o reconhecimento de conselhos populares, para decisão, controle e fiscalização das atividades do Estado.

A unificação dos movimentos populares

161. O estágio de unificação em que se encontram os movimentos populares é bastante desigual no País. Há estados mais avançados nesse processo – como o Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Espírito Santo –, que já possuem entidades estaduais ou locais liderando boa parte dos movimentos. De outro lado, a quase totalidade dos estados restantes e, em especial, São Paulo e Minas Gerais, passam ainda por iniciativas de articulação setoriais, regionais ou locais, muitas delas em estágio inicial.

162. No nível nacional, há diversas articulações de lutas por terra urbana e moradia (mutuários, favelados, militantes de lutas do solo urbano), além de

articulações de negros, mulheres, ecologia, transportes. Há, além disso, uma entidade nacional de associações de moradores, a Conam (Confederação Nacional de Associações de Moradores), fundada em 1982 e hoje com hegemonia dos PC [Partidos Comunistas], com participação de alguns setores petistas e recusa de participação de outros. É uma entidade que conseguiu realizar congressos massivos em apoio à Nova República, de governos estaduais e municipais. Congrega uma das variadas formas organizatórias do movimento popular, as associações de moradores, de maneira geral esvaziadas de massa e cooptadas pelos governos, exceto em alguns estados e locais, onde tem mantido sua independência e caráter de massa.

163. Nessa situação, a unificação dos movimentos populares deve ser entendida como uma estratégia. Para atingi-la em nível nacional será necessário avançar na unificação local e estadual. Ao mesmo tempo, será necessário reforçar as articulações nacionais por grandes movimentos. Quanto à Conam, que deve ser entendida como uma articulação específica e não como entidade geral dos movimentos populares, o partido deverá, em nível nacional, orientar um processo de discussão, que leve a uma atitude comum dos petistas atuantes em associações de moradores.

164. O processo de unificação dos movimentos populares está ligado, também, à defesa de propostas globais comuns. Entre elas se destaca o que se resume com o nome de reforma urbana, que teve sua primeira formulação expressa em emendas populares à Constituinte. Também para sua unificação, os movimentos devem avançar no sentido da superação de suas crônicas deficiências de recursos e infra-estrutura.

165. O PT tem um papel decisivo para que, em seu conjunto, a política de unificação avance. É preciso mobilizar a militância petista, para que, na direção e na massa das entidades autônomas do movimento em que militam, cresça a compreensão da necessidade de um passo adiante e decisivo na força e na independência política do movimento popular do País.

O CENTENÁRIO DA ABOLIÇÃO

166. A população negra constitui 44,5% da sociedade brasileira (IBGE-80). Os trabalhadores e trabalhadoras negros são 54,1% do setor da agropecuária e da produção extrativa vegetal e animal, 37,3% da indústria de transformação e da produção extrativa mineral, 52,7% dos trabalhadores da construção civil, 30,9% dos trabalhadores do comércio, 50,8% dos que trabalham em prestação de serviços e 36,6% dos trabalhadores de transportes (FANAD-74). Os trabalhadores e trabalhadoras negros somam 54,5% dos que ganham até um salário mínimo e 3,8% dos que ganham mais do que cinco salários mínimos. Entre os trabalhadores e trabalhadoras brancos esses números são 31,4% e 15,6%, respectivamente (FANAD-82).

167. Os trabalhadores e trabalhadoras negros em ocupações não-manuais de nível superior (professores de 2º grau, médicos, dentistas, economistas etc.) ganham 64,3% da remuneração dos trabalhadores e trabalhadoras brancos; os negros em ocupações não-manuais de nível médio (professores primários, secretários,

auxiliares de escritórios etc.), 65%; empregados na indústria de transformação, 75%; e os que trabalham no comércio, 74% (IBGE-80).

168. As oportunidades educacionais são desiguais para brancos e negros: os negros são a esmagadora maioria dos brasileiros que não têm acesso à escola (Raça e Classe – órgão de informação e divulgação da Comissão do Negro do PT/DF). De janeiro a setembro de 1982, em São Paulo, 432 cidadãos foram mortos; desses, até setembro, pelo menos 212 haviam sido liquidados pela ROTA. Um levantamento pormenorizado de 330 dessas vítimas apontam que 128 são negras, 48 menores de idade, cinco mulheres e, em muitos casos, trabalhadores e sem antecedentes criminais (Paulo Sérgio Pinheiro – Violência sem controle e militarização da polícia - 88).

169. Essa é, cem anos depois da escravidão, a situação do negro em nosso país. Esses dados, somados às péssimas condições em que vive esse segmento de nossa sociedade, demonstram que em se tratando de emprego, salário e condições de trabalho, educação e moradia, a população negra continua sendo o setor mais explorado de nossa sociedade.

170. O governo brasileiro está preparando um extenso calendário de atividades, que pretende imprimir ao Centenário da Abolição um tom festivo, visando fortalecer o discurso oficial da democracia racial, que tenta encobrir as péssimas condições de vida e trabalho a que os negros são submetidos em nosso país.

171. Uma farsa, a democracia racial, que começou a ser montada quando os governantes da época transformaram o 13 de maio de 1888 – uma conquista obtida pela luta dos negros trabalhadores escravos, com o apoio de setores da população livre – em um ato paternalista, cujo significado importante transformou-se num ato que servia aos interesses dos dominantes, e cujas conseqüências têm muito a ver com a realidade de nosso povo nos dias atuais.

172. O Partido dos Trabalhadores assume a oposição às festividades que estão sendo organizadas pelos governos estaduais e federal sempre que elas tomarem um caráter paternalista e discriminatório. O PT deve transformar o Centenário da Abolição num momento de avaliação das reais condições do trabalho, hoje, no Brasil, articulando, por meio de seus militantes, a mobilização do Movimento Negro com a mobilização dos trabalhadores em geral.

173. Um passo importante para que o Partido reconheça a questão racial como uma questão nacional e assumida efetivamente a luta contra o racismo é entendê-la como de responsabilidade de todos aqueles que lutam por uma sociedade mais justa. O Partido deve apoiar e fortalecer as iniciativas de sua Secretaria Nacional de Movimentos Populares, visando envolver, em nível nacional, o conjunto de nossa militância nestas atividades.

A CAMPANHA ELEITORAL DE 1988

174. A preparação das eleições municipais de 1988 deve estar integrada à campanha nacional do PT pela consolidação das eleições gerais (ou presidenciais). Confirmadas as eleições em 1988, a candidatura do companheiro Lula e nossa plataforma para a Presidência tenderá a polarizar até mesmo as disputas locais, o que não nos libera (mas ao contrário obriga) de apresentar plataformas municipais

alternativas. E, na hipótese de não conquistarmos a realização de eleições presidenciais em 1988, as campanhas locais deverão articular-se com a luta pela realização de Diretas, centradas na oposição à Nova República, contra o governo e seus aliados locais e contra o pagamento da dívida externa.

175. As orientações eleitorais aqui discutidas procuram politizar, desde já, a movimentação legítima de pré-candidaturas dentro do Partido. Estas linhas preliminares destinam-se mais a subsidiar a campanha de eleições municipais em 1988. Naturalmente, elas terão de ser ajustadas no caso da realização de eleições presidenciais, devido à influência dominante que o pleito nacional exercerá sobre as disputas municipais.

176. As iniciativas pré-campanha, que ocorrem nas várias cidades, devem se entrelaçar com as atividades e lutas gerais do PT para os próximos meses. O potencial eleitoral do Partido estará diretamente ligado a seu papel político global na sociedade e a sua participação nas grandes disputas políticas nacionais (incluindo, com destaque, a Constituinte) até as eleições. Desse modo, a participação nas tarefas de ação política de todo o Partido, no final de 1987 e início de 1988, são parte fundamental da própria preparação política das eleições, concebidas de um ponto de vista não-eleitoralista.

177. As lutas coletivas dos trabalhadores são o fator fundamental para a conquista de mudanças políticas e socioeconômicas. As eleições, a conquista de governos municipais e o exercício de mandatos de vereador devem ser vistos como partes integrantes dessa luta coletiva e como frentes da luta de classes. A posição do PT na disputa eleitoral precisa enfeixar, em um todo único, a luta econômica e social, a luta política e a luta ideológico-cultural.

178. A disputa eleitoral em 1988 será a primeira após a grande desilusão popular com o PMDB e o Governo Sarney, que se seguiu às eleições de 1986. Neste sentido, é possível que venha a se constituir em um extravasamento do sentido antigoverno, com muitos votos de protesto, dos quais o PT pode ser um grande beneficiário. Todavia, o crescimento eleitoral do PT não está assegurado de antemão. Há intensa disputa política, na qual forças de direita procuram também explorar o desgaste do atual governo. Na população trabalhadora, manifesta-se uma tendência a desacreditar de qualquer alternativa política, e surgem fatores de uma crise político-institucional mais grave. Assim, embora exista, em princípio, um potencial político-eleitoral a nosso favor, verificado inclusive nas pesquisas, o desempenho do PT nas eleições dependerá, em grande medida, da marcha da disputa política global na sociedade, além das suas posições e propostas em nível local. Nestas circunstâncias, a politização, desde já, da campanha eleitoral nos municípios, ligando-a com a luta política geral, é uma necessidade inclusive eleitoral, visando capitalizar eleitoralmente nosso papel na cena política nacional. E, vice-versa, a despolitização e a estrita municipalização das eleições favorecem os candidatos vinculados à Nova República e ao conservadorismo.

179. Há várias questões pendentes de decisões da Constituinte, que influenciarão a legislação partidária e eleitoral e condizionarão aspectos importantes das próximas eleições: direito de voto aos 16 anos, eleições para prefeito em dois turnos, voto distrital misto, normas para a organização e funcionamento dos partidos, disposição em relação aos municípios, seu grau de autonomia, sua posição no

sistema tributário etc. Os Diretórios Regionais e Municipais devem ter presente desde já essas possibilidades, e, uma vez definidos esses pontos na nova Constituição, serão feitos ajustes necessários na tática eleitoral.

180. Os nossos objetivos políticos gerais nas eleições estão ligados a uma correlação global de forças, na qual as classes dominantes detêm a hegemonia na sociedade e se faz necessária uma tática de acúmulo de forças, devendo ser buscadas as seguintes metas:

a) Fixar o perfil político geral do PT como partido socialista, que tem uma proposta global de novos rumos para a sociedade, expressa em nosso futuro Programa Alternativo de governo para o País;

b) Enraizar o PT na vida política da sociedade, incluindo as disputas políticas nos municípios, criando novas lideranças e referenciais políticos que favoreçam essa sedimentação do Partido como uma força política nacional com bases implantadas em cada localidade;

c) Fazer avançar a luta por conquistas democráticas, econômico-sociais e de políticas públicas, alcançando especificamente mudanças progressistas no âmbito municipal;

d) Conquistar o maior número possível de mandatos eletivos de prefeitos e vereadores, a serviço dos objetivos e da linha geral do PT;

e) Avançar na organização do PT, construindo novos núcleos de base e ampliando o número de filiados e militantes;

f) Lutar pela criação de mecanismos e canais de controle, de fiscalização e de participação popular nas decisões da Administração Municipal.

181. Tendo presente o papel político dos mandatos de vereador, o PT terá como um objetivo fundamental a conquista do maior número possível de vagas na Câmara Municipal, canalizando nosso potencial eleitoral no sentido de reforçar o voto de legenda na disputa dos Legislativos locais. Em relação às eleições para prefeito, daremos importância especial aos municípios de maior peso político e nos quais o Partido possui maior implantação e densidade eleitoral. Por outro lado, sem prejuízo da nossa política de alianças, lançaremos candidatos a prefeito no maior número possível de municípios. Sempre que lançarmos um candidato à Prefeitura, este deverá preencher certos requisitos: representatividade, trânsito político e capacidade política pessoal para expressar as posições do PT, além de estar identificado com as posições e a prática do PT. O Diretório Nacional especificará os critérios e as prioridades de concentração de forças da campanha em relação às candidaturas a prefeito ou às Câmaras.

182. As metas políticas nas eleições estão a serviço dos objetivos maiores socialistas e de transformação social do Partido, devendo os candidatos corresponderem a esses propósitos. Não se trata de simplesmente eleger qualquer nome, mas de conquistar mandatos populares realmente comprometidos com a luta do PT. Assim, embora devamos lançar o maior número possível de candidatos, todos precisam preencher os critérios políticos e ético-morais próprios do PT, e só a estes deve ser concedida legenda, o que é de responsabilidade dos Diretórios e Encontros Municipais.

183. O conteúdo político da campanha eleitoral deve enfeixar, num todo único, três componentes fundamentais:

a) oposição ao Governo Federal, à Nova República e à direita em geral, incluindo a disseminação de uma consciência socialista entre os trabalhadores, tendo como referência unificadora e orientadora o Programa Alternativo de governo do PT;

b) oposição aos representantes e sustentáculos da Nova República e do conservadorismo no âmbito municipal, respondendo à configuração concreta e específica da luta de classes na esfera local;

c) luta por um programa municipal com medidas de democratização política, conquistas econômico-sociais e avanços em políticas públicas, que desdobrem o Programa Alternativo de Governo, respondendo à realidade de cada lugar.

184. Para efeito da massificação dessa linha de campanha, devemos, em cada localidade, procurar sintetizar todo esse conteúdo político em um lema e em algumas propostas centrais concentradas em poucas palavras, sintonizando com as principais disputas as aspirações e a psicologia que marcam aquelas eleições no lugar.

A POLÍTICA DE ALIANÇAS ELEITORAIS

185. A política de alianças eleitorais do PT necessita estar de acordo com esses componentes relacionados ao conteúdo e aos objetivos gerais da campanha, servindo sempre ao princípio. Nesse sentido, os critérios políticos para eventuais alianças eleitorais devem ser:

a) oposição ao Governo Sarney, à Nova República, à transição conservadora e à direita em geral;

b) compromisso efetivo e seguro com os pontos centrais do programa municipal proposto pelo PT;

c) apoio às reivindicações e participação nas lutas dos trabalhadores e movimentos populares.

186. Iniciativa, junto às bases dos partidos que se reivindicam comunistas, socialistas e de trabalhadores, propondo publicamente a unidade de ação política da classe trabalhadora.

187. Junto a isso, devemos avançar na construção de uma frente democrática e popular, o que significa sensibilidade e iniciativa do PT junto a setores de partidos não vinculados diretamente à classe trabalhadora mas que, se estiverem em conflito com a política hegemônica da burguesia, podem reforçar a luta democrática dos trabalhadores.

a) Ao lado dessa orientação, definimos três objetivos gerais:

- derrotar a Nova República e a direita em todo os níveis (nacional, estadual e municipal);

- reforçar a luta democrática dos trabalhadores, aumentar as bases sociais e conquistar largos setores de massa para a proposta do PT;

- obter saldos políticos, organizativos e eleitorais para o PT.

b) Tomando esse conjunto de posições e de critérios, colocados a partir do item 185, decidimos:

- excluir composições eleitorais com partidos que dão sustentação à Nova República e ao conservadorismo direitista (PDS, PL, PTB, PFL, PMDB). No caso

deste último, eventuais dissidências em oposição à linha oficial devem ser avaliadas caso a caso. No caso do PCB, embora seja um partido que dê sustentação à Nova República, é preciso levar em conta eventuais evoluções de sua política e de suas bases rumo à oposição. Quanto ao PCdoB e PSB, devemos tomar iniciativas políticas que possibilitem ou a evolução desses partidos para posições defendidas pelo PT ou a atração de setores desses partidos para apoio ou relação com o PT. Quanto ao PDT, é um partido de oposição à Nova República, favorável ao presidencialismo e às eleições diretas para presidente em 1988. No entanto, é um partido dominado pelo populismo, no qual convivem facções burguesas, setores socialistas e trabalhistas. Nesse sentido, qualquer aliança eleitoral com esse partido deve ser analisada pontualmente;

- avaliar a situação do PCB, PCdoB e PSB com o sentido de o PT tomar iniciativas políticas que possibilitem ou a evolução desses partidos para posições defendidas pelo PT ou a atração de setores desses partidos para apoio ou relação com o PT;

- a partir dos critérios definidos e da perspectiva de acúmulo de forças, o PT deve incluir em sua política de alianças o PH e o PV.

c) Uma vez estabelecida a política geral de alianças eleitorais, compete aos Diretórios Municipais sua aplicação, cabendo recursos ao Diretório Regional e ao DN, que acompanharão os encontros e as políticas de alianças em cada município.

188. Com a fragmentação da campanha eleitoral no nível dos inúmeros municípios, tende a ser menor o papel centralizador e polarizador da TV nessas eleições, e maior o peso das máquinas eleitorais dos partidos burgueses nos municípios. Nessas circunstâncias, adquire especial importância a realização, pelo PT, de uma campanha militante, na qual o número de ativistas, a organização, a garra, o espírito de iniciativa, a criatividade, o trabalho de massa, sejam trunfos capazes de compensar o poderio de recursos materiais dos nossos adversários.

189. Para o PT apresentar-se à população como alternativa real de governo é fundamental uma plataforma de campanha com propostas concretas para enfrentamento dos principais problemas locais. É necessário que o Partido se dirija ao conjunto da população e não apenas à parcela organizada da sociedade. É importante também mostrar que o Partido possui capacidade política, técnica e administrativa para exercer o governo local.

190. Entendemos que o programa de governo do PT deve expressar o conhecimento político e técnico acumulado pelo Partido em sua participação nas lutas dos trabalhadores (movimento sindical e popular), e permitir a incorporação de novas contribuições, ampliando a base social e militante do Partido.

191. A elaboração do programa é um momento oportuno para a mobilização do Partido e para engajar simpatizantes, conquistar novas adesões. Para isso, é necessário que o processo de sua elaboração seja aberto, coletivo, democrático e, principalmente, baseado na mobilização local, com a realização de seminários amplamente divulgados. Um processo desse tipo tem ainda a vantagem de transformar a elaboração do programa num evento político de campanha eleitoral, além de contribuir para impor uma discussão aos demais partidos. É uma maneira de demonstrar capacidade, envolver maior número de pessoas e colocar a disputa num campo mais propício para o PT.

ORIENTAÇÃO AOS DIRETÓRIOS MUNICIPAIS

192. Os Diretórios Municipais devem:

- a) produzir documento político sobre as eleições. Cada Diretório deve produzir um documento básico sobre as eleições em seu Município;
- b) levar o documento à discussão nos núcleos e outros organismos partidários, para ser avaliado e emendado;
- c) fazer uma plenária de filiados para discutir as questões destacadas como prioritárias sobre a questão eleitoral.

193. A orientação de conteúdo para essa discussão é de que, além de situar a posição do Partido na conjuntura nacional, o documento deve conter:

- a) conjuntura municipal: situação das forças políticas organizadas no município;
- b) situação do movimento sindical e do movimento popular;
- c) situação do PT: organizativa, financeira, política;
- d) programa de governo e plataforma: prioridades escolhidas em cada município, que devem ser aprofundadas; prioridades de curto prazo, de aplicação imediata no governo municipal; prioridades a longo prazo, relacionadas com os objetivos gerais do Partido;
- e) mobilização do PT nas lutas gerais; em lutas importantes locais; pichações, colagens, panfletagem, minicomícios; shows e outros eventos culturais;
- f) organização do PT (avançar na nucleação e outros aspectos organizativos);
- g) preparação das finanças e infra-estrutura;
- h) orientação de curto prazo para esta fase inicial da campanha, e qual a tática eleitoral utilizada nesta fase.

194. O Diretório Nacional deve sistematizar e esclarecer, a partir das experiências acumuladas:

- a) os critérios para a indicação de pré-candidatos;
- b) os critérios para a escolha de candidatos;
- c) comportamento das instâncias do Partido no processo eleitoral;
- d) organização da propaganda em rádio e TV.

195. Nas eleições de 1988, a prática do PT nas Prefeituras de Diadema, Fortaleza e Vila Velha será um elemento de campanha que deverá ser analisado e aprofundado pelo Partido.

A CONSTRUÇÃO DO PT

196. É chegado o momento de transformar o PT e dar um salto de qualidade em sua organização. Avançar na sua construção como Partido dos Trabalhadores significa aprofundar seu caráter de partido de classe, democrático, de massas e socialista.

197. Durante estes anos, todo trabalho organizativo do Partido dirigiu-se para a garantia de sua existência (campanha de filiação, organização legal dos Diretórios); para o apoio às lutas políticas e sociais e a construção da CUT; e para a luta eleitoral (disputa das eleições de 1982, 85 e 86). Tratava-se de implantar o Partido, legalizá-

lo, travar a luta contra a Ditadura (luta contra a LSN [Lei de Segurança Nacional], luta contra os pacotes econômicos, luta pelas diretas) e apoiar a luta sindical e popular.

198. Hoje, o Partido é uma realidade. Tem bases sociais e eleitorais, com caráter nacional e uma força política, e tem capacidade própria de mobilização social. Atua no Parlamento e se expressa no campo institucional com propostas e programas, como ficou patente na Constituinte e nas disputas de governo. Levantou a bandeira da luta contra a Nova República com a campanha Contra Sarney e a Dívida, Diretas-Já. É uma alternativa real de organização partidária de classe dos trabalhadores, com identidade política definida e socialista.

199. Contudo, rodeados pela política burguesa, pela legislação partidária e eleitoral e por nossas próprias condições (nível de luta e consciência do movimento sindical e popular, dos dirigentes e lideranças; escassos recursos materiais; diferentes visões sobre o Partido, [sua] construção e a luta política do País), cometemos muitos erros e não fomos capazes de dar a devida atenção às tarefas que a construção do PT exige.

200. Hoje, estão evidentes as limitações de nossa organização, de nossas instâncias e quadros dirigentes. A cada dia que passa, aumentam as tarefas e cresce nossa base social, mas a nossa estrutura não corresponde às necessidades da luta política.

201. Por vezes, caímos no espontaneísmo e subestimamos a formação política e a teoria. No anseio de criar um partido aberto, democrático e de massas, deixamos num segundo plano a organização de suas instâncias.

202. A estrutura organizativa do PT, em comparação com os partidos tradicionais da política brasileira, apresenta-se muito mais dinâmica e democrática, sem dúvida alguma. Os mecanismos de participação abertos ao conjunto dos filiados (Encontros Nacional, Regionais, Municipais e Distritais; núcleos, plenárias, seminários etc.) permitem um partido muito mais afeito às discussões de base do que os partidos tradicionais.

203. No entanto, a atual estrutura do PT ainda representa uma organização fundamentalmente internista. As lideranças petistas dos movimentos sociais organizam-se no interior dos próprios movimentos de que participam, mas têm pouca ou nenhuma participação orgânica no interior do PT. É verdade que isso se dá, bastante, pelo fato desses militantes ficarem presos, a maior parte do tempo, na dinâmica dos próprios movimentos, mas essa não é a única explicação. A outra razão é que a atual estrutura do PT não é ágil para discutir a política que esses mesmos militantes devem levar para a sua atuação dentro dos movimentos sociais de que participam. E confundimos, muitas vezes, autonomia e independência dos movimentos sociais com ausência de propostas políticas e direção.

204. Dessa forma, apesar da enorme influência do PT nos movimentos sociais – popular, sindical, camponês, de mulheres e estudantil –, milhares de militantes ainda permanecem alheios às suas instâncias organizativas. Com isso, privam-se da discussão e da vida partidária, e obstaculizam a sua evolução para uma militância política conseqüente e uma consciência política socialista.

205. É urgente desenvolver a Secretaria Agrária Nacional e implantar as Secretarias Agrárias Regionais, para concretizar e viabilizar o PT na área rural, ampliando a participação dos trabalhadores rurais (assalariados, pequenos

produtores, assentados e sem-terra) nas instâncias partidárias, para desenvolver-se como instância de elaboração de políticas para o PT na área rural; para aprofundar a discussão sobre o caráter do desenvolvimento do capitalismo no campo e o papel dos trabalhadores rurais nas transformações sociais; para assessorar os parlamentares do PT no trabalho junto aos rurais; para participar da discussão das plataformas municipais e estaduais.

206. O PT está confrontado com a necessidade de uma revolução na sua organização, e tem os meios para isto – sobretudo a sua base social. Mas, para que possamos definir um plano de organização claro, é indispensável revermos algumas idéias difundidas no Partido, que fazem parte da nossa cultura petista, mas que não correspondem às nossas necessidades atuais.

PARTIDO COMO REFLEXO E DIREÇÃO

207. Já o Manifesto de Fundação do PT dizia: “O PT pretende ser uma real expressão política de todos os explorados pelo sistema capitalista”. Também, desde o início da nossa construção, afirmamos o nosso respeito à autonomia dos movimentos sociais. Essas duas idéias são corretas, e desempenharam um papel importante, na medida em que esclarecem nossa vontade de construir um partido profundamente enraizado nos movimentos, nas lutas populares e, ao mesmo tempo, capaz de um grande respeito à sua autonomia, avesso a qualquer política de aparelhismo.

208. Contudo, na cultura política petista, passamos muitas vezes a idéia de que o PT deveria ser o reflexo dos movimentos sociais, representante desses movimentos no plano político – o que termina significando representante no plano institucional e parlamentar. No extremo, o PT seria uma espécie de braço parlamentar do movimento sindical ou dos movimentos populares. O PT não poderia querer dirigir as lutas dos movimentos sociais, pois assim estaria desrespeitando a sua autonomia.

209. Esta concepção é incorreta e confusa. Na verdade, se lutamos por um partido capaz de ser um instrumento real de luta pelo socialismo, esse partido tem de ser capaz de dirigir essa luta, de apontar seus rumos. Terá de se tornar o dirigente político dos trabalhadores. Para nós, trata-se de, respeitando a democracia dos movimentos, suas instâncias e características, disputar sua direção com propostas previamente debatidas nas instâncias do PT, articulando nossa atuação de luta sindical e popular com a construção partidária e nossa estratégia de luta pelo poder.

210. Fora disso, cairemos no espontaneísmo, nas lutas setoriais dispersas, de um lado, e no ativismo parlamentar, do outro. Corremos o risco de assistir a explosões sociais desorganizadas, com dificuldades de serem canalizadas para a transformação social revolucionária.

PARTIDO DE QUADROS E PARTIDO DE MASSAS

211. Outra idéia profundamente equivocada que costuma aparecer em nossos debates é a que opõe partido de quadros a partido de massas. Para essa confusão

contribui, também, a cultura tradicional da esquerda, que em geral teve uma visão estreita da idéia leninista de partido de vanguarda.

212. Se exagerarmos a dicotomia, temos de um lado um partido de quadros pequeno, estreito, sectário, formado de militantes, baluartes que tudo decidem e dirigem, e de outro um partido de massas frouxo, inorgânico, sem cotizações regulares, cada um fazendo o que bem entende e chamando filiados para fazer número em convenções, como qualquer partido burguês.

213. Se queremos um partido capaz de dirigir a luta pelo socialismo, não precisamos nem de uma coisa, nem de outra. Precisamos de um partido organizado e militante, o que implica a necessidade de quadros organizadores. Um partido que seja de massas porque organizará milhares, centenas de milhares ou até milhões de trabalhadores ativos nos movimentos sociais, e porque será uma referência para os trabalhadores e a maioria do povo.

214. Nossa concepção, portanto, é a de construir o PT como um partido de classe dos trabalhadores, democrático, de massas e socialista, que tenha militância organizada e seja capaz de dirigir a luta social. É a partir dessa concepção que indicamos algumas medidas necessárias no plano organizativo.

A ORGANIZAÇÃO NA BASE

215. A questão da organização na base do Partido é uma das mais sérias que enfrentamos. Todos nós já passamos pela experiência de filiar um companheiro ao Partido e depois não sabermos o que propor como forma de participação do novo filiado. A falta de participação organizada na base leva a grandes problemas: a tendência à separação entre a intervenção nos movimentos sociais (onde os petistas atuam desorganizados ou organizados apenas nas entidades do movimento de massas) e a tendência ao distanciamento entre a direção do Partido e sua base. Para enfrentar essa situação, temos de repensar nossas formas de organização na base, melhorá-las e ampliá-las.

OS NÚCLEOS DE BASE

216. Segundo a nossa concepção, os núcleos de base devem ser a forma fundamental de organização do Partido. Cabe-lhes o papel de organização dos militantes para construir o PT, filiando e preparando trabalhadores para a militância partidária, procurando desenvolver sua capacidade de direção e mobilização política no setor em que atuam. Os núcleos deveriam ser, além disso, um canal de participação da militância nos debates e na definição do conjunto da política do PT, constituindo, portanto, um organismo de poder no Partido, aprofundando e garantindo a sua democracia interna. Os núcleos devem, desta forma, realizar a unidade da intervenção partidária, seja no nível do setor específico em que atuam, seja no nível das campanhas e questões de interesse em que todo o Partido deve se empenhar.

217. Em nossa concepção, os núcleos podem se organizar de acordo com a frente de atuação dos petistas, ou seja, por local de moradia, categoria profissional, local de trabalho ou de estudo e por movimentos sociais. Essa concepção é correta, sendo necessário apenas dar-lhe um caráter amplo: qualquer frente de atuação dos petistas pode ser a base para a formação de um núcleo, exceto por identificação política com tendência do Partido.

218. Atualmente, nossos núcleos de base são poucos e, na maioria das vezes, precários, havendo uma enorme distância entre os nossos desejos e a realidade. As razões disso são inúmeras: a pouca experiência política da maioria dos militantes petistas (o que é próprio de um partido em construção e que cresce rapidamente); de quadros organizadores; a falta de infra-estrutura para o funcionamento dos núcleos (o que nos remete à questão das finanças); a falta de maior formação política; os entraves que vêm da legislação partidária herdada da Ditadura, e que se expressam no nosso Regimento (que, na verdade, termina priorizando os Diretórios com relação aos núcleos). O funcionamento regular dos núcleos deve ser estimulado e assistido pelos órgãos de direção, que devem tanto propor orientações políticas e propostas de atividades, quanto acompanhar essas atividades. Além disso, esse funcionamento regular exige uma alimentação constante pela imprensa do Partido, única forma de propiciar uma discussão política mais rica. Um jornal de massas é indispensável.

219. Os núcleos estão abandonados. Devemos reconstruí-los como a principal base e característica do Partido. Continuamos vivendo uma crise organizativa no PT. Os núcleos, mais do que nunca, estão desprestigiados. Entendidos desde o início como a principal base e característica do Partido, têm enfrentado sérias dificuldades para se generalizarem e se constituírem em organismos de massa. Não raro, a maioria deles fica voltada para questões de ordem interna – sem refletir os interesses das comunidades ou das categorias a que se vinculam – e, portanto, sem atrair novos participantes. Além disso, constata-se que vários petistas com posição de destaque no movimento sindical e popular não mantêm uma militância propriamente partidária, estando afastados de nossa estrutura orgânica. Os Diretórios, em geral, vivem da combinação de discussão sobre as questões internas do PT com o encaminhamento das campanhas gerais do Partido. Poucos são aqueles que conseguem articular essas tarefas com o impulsionamento e a direção do movimento social e a formulação de políticas alternativas no âmbito de sua atuação.

220. Um aspecto a ser observado é a carência de informação política dos militantes. Outro ponto de estrangulamento é a nossa fragilidade econômica, tendo implicações desde a questão da imprensa partidária ao fechamento de sedes de núcleos e Diretórios.

221. Chegamos a tal ponto não por descuido ou acidente de percurso. A fragilidade das estruturas orgânicas do PT teve início na campanha eleitoral de 1982, quando diluímos nossos núcleos e Diretórios em comitês eleitorais de candidatos que, em sua maioria, terminaram em 15 de novembro daquele ano, com o fim da campanha. De lá para cá, o PT encaminhou com relativo êxito algumas campanhas gerais, porém, até hoje, não conseguiu formular nem implementar uma política de organização que estimulasse o crescimento do Partido do ponto de vista orgânico (nucleação, formação política, finanças etc.). Essa fragmentação tem muito a ver

com a postura que se tomou em relação à construção partidária. Mais que isto, tem a ver com a visão do papel do Partido que estamos construindo.

222. As campanhas gerais de intervenção na conjuntura, se por um lado aumenta as simpatias pelo PT, por outro lado, dissociadas de uma correta política de construção partidária, não conseguiram traduzir-se em aumento do nível de organização e enraizamento do PT na realidade social. Ocorre, por vezes, o inverso, ou seja, o Partido geralmente sai das campanhas mais disperso e desorganizado, portanto, mais fraco para resistir a novos avanços da burguesia. O esforço de intervenção na conjuntura, por meio de campanhas gerais, não foi acompanhado por uma política clara de reforço, politização e expansão da nucleação. O resultado foi a drenagem de forças e elementos para ações gerais e conjunturais, levando a um colapso a estrutura dos núcleos e Diretórios. É necessário um esforço consciente e priorizado para que os núcleos construam e ocupem o seu espaço na vida orgânica do partido e nas lutas sociais.

223. Uma política de nucleação, portanto, exige medidas em todos estes níveis:

a) Em primeiro lugar, de formação política, de transmissão da experiência militante. Ligada a isso, uma campanha de esclarecimento sobre o caráter do Partido, sobre as necessidades de funcionamento de um partido que se propõe, como o PT, a lutar pelo socialismo (o que inclui a discussão sobre a necessidade de um partido dirigente), sobre o fato de que o partido de massas deve ser também de militância e de quadros, sobre a relação entre partido e movimentos sociais. É preciso que façamos uma verdadeira campanha no sentido de ganhar os petistas para a idéia da importância de organizar os núcleos.

b) Uma política de nucleação deve ser acompanhada de uma política de finanças que lhe possibilite ter sua própria infra-estrutura. O êxito da nucleação exigirá uma mudança de conjunto no funcionamento do Partido, uma direção capaz de dirigir politicamente e de assistir as bases, de alimentar a militância com uma imprensa ágil e diversificada. Há necessidade de mudanças no Regimento Interno, que valorizem os núcleos, dando a eles maior poder na estrutura do Partido. Duas medidas são positivas: formar conselhos de núcleos, junto aos Diretórios Municipais e Zonais e dar aos núcleos uma representação direta nos Diretórios (formando Diretórios Ampliados, que incluiriam um certo número de representantes eleitos diretamente pelos núcleos; 1/3 do número de membros efetivos e suplentes eleitos nos Encontros dos Diretórios).

224. O núcleo deve ter características de massa e de vanguarda. É fundamental essa convivência dentro dos núcleos. Há momentos em que os núcleos atraem o maior número possível de simpatizantes e filiados para suas decisões e atividades de massa. Essas reuniões só serão possíveis e só terão consequência se estiverem vinculadas a outras reuniões, voltadas ao aprofundamento político e de como os militantes devem intervir no ambiente em que o núcleo está inserido.

225. O aprofundamento político com um grupo mais restrito de companheiros não se confunde com a prática da célula tradicional. Primeiro, porque visa referenciar as decisões dos núcleos nas necessidades colocadas pelos movimentos sociais; segundo, porque são reuniões abertas à participação de quem quiser, sem qualquer

triagem. Assim, os núcleos teriam funções formadoras de intervenção no seu meio e de deliberação em conjunto com os Diretórios.

226. A construção do PT deve priorizar a nucleação dos filiados e militantes, a assistência aos núcleos de base já existentes e a criação de novos núcleos. Os núcleos devem desenvolver ações internas e externas:

a) internas: de planejamento, distribuição de tarefas entre os militantes, avaliação das tarefas, formação e elaboração política;

b) externas: de ampliação das políticas planejadas, divulgação, agitação, debates etc., para amplas massas.

227. Os núcleos por local de moradia devem ter como objetivo a hegemonia política e ideológica na sua área de atuação, desenvolvendo as seguintes tarefas:

a) cadastrar os militantes e filiados por categorias profissionais, orientar politicamente e organizar seus companheiros nos locais de trabalho, visando ganhar para o campo da CUT o seu sindicato, se este ainda não for nosso;

b) mapear os movimentos sociais existentes em sua área, definir, com base nas orientações gerais do Partido, políticas específicas para cada um desses movimentos. Levantar as demandas sociais existentes que não tenham movimento tratando delas, fazer a crítica política a respeito, organizar debates e palestras com vistas a despertar interesse nos moradores para então organizar as lutas visando a solução dessas demandas;

c) tratar da formação política dos militantes, filiados e simpatizantes;

d) promover e divulgar a cultura popular, através da exibição de filmes, slides, festas, shows e eventos esportivos etc.;

e) cotizar os militantes e filiados, promover eventos para levantar recursos para o Partido, tendo em vista que a sustentação financeira do Partido é tarefa de todos os petistas;

f) tratar, de modo especial, os problemas da juventude, fazendo a ligação desses com a questão cultural, estudantil, familiar, de lazer etc.;

g) cuidar dos filiados novos, destacando no núcleo um ou mais militantes responsáveis pela formação política do conjunto do núcleo, para tratar de modo especial do engajamento dos novos filiados, transmitindo a estes as políticas gerais do Partido, os conceitos básicos dessas políticas, a estrutura orgânica, suas relações internas e com os movimentos sociais ou com a sociedade em geral – evitando, assim, a fuga dos novos filiados pelo desnível com os militantes mais antigos;

h) organizar mutirões de visita aos moradores de sua área, levando a estes a mensagem do PT e chamando-os para as atividades gerais do Partido e para o núcleo; planejar panfletagens e vendas da imprensa partidária em feiras, fábricas e unidades de serviço público.

228. Os núcleos por categorias, por extrapolarem, em geral, as esferas municipais e zonais, devem ser implementados pelos Diretórios Regionais. Esses núcleos e os por local de trabalho e por movimentos sociais devem tratar, além de suas especificidades, das questões descritas acima, naquilo que couber.

229. O detalhamento descrito neste documento não basta para garantir a nucleação e o seu fortalecimento. É evidente que a realização de tais atividades com maior conteúdo e eficácia política só poderá se dar dentro de um esforço mais amplo de politização do conjunto partidário, e neste processo a nossa imprensa deve

desempenhar um papel fundamental. Além disso, devemos organizar secretarias e comissões, nos Diretórios, que possam dar suporte e assistência sistemática aos núcleos e ao trabalho de nucleação.

230. A mudança de qualidade dos trabalhos dos Diretórios passa, também, pela realização de reuniões ampliadas e plenárias de filiados e pela criação dos conselhos de núcleos, conforme proposta de alteração do Regimento Interno.

231. Quanto a regiões e sub-regiões, deve ser apoiado o seu fortalecimento enquanto instâncias de integração, coordenação e aplicação da linha política do PT de forma integrada com os núcleos e Diretórios, facilitando o enraizamento do PT no movimento social, a formação e o debate político, bem como a aproximação das bases com a direção partidária. Se os núcleos devem ser entendidos como elementos de organização de base, de discussão e intervenção, os Diretórios, as sub-regiões e as regiões devem ser fortalecidas como elementos de centralização política e coordenação. Para tanto, é necessário que se aprofunde o conhecimento de sua realidade específica e se elaborem planos de trabalho estabelecendo prioridades para a atuação conjunta.

OUTRAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DE BASE

232. Embora os núcleos sejam a forma mais importante de organização na base do Partido, não suprem todas as necessidades e não esgotam as possibilidades. Os núcleos são formas organizativas próprias para aqueles companheiros que têm uma militância política mais regular, mais constante. Haverá outros companheiros, filiados ao Partido, dispostos a formas de colaboração mais eventuais ou mais localizadas em alguma área.

233. Há formas organizativas eficazes, que já têm sido praticadas pelo PT e devem ser incorporadas de forma permanente à vida partidária:

a) grupos de apoio (que se formam em determinadas campanhas e que têm, portanto, uma vida mais curta);

b) plenárias de militantes: a discussão e o encaminhamento por meio de plenárias é uma forma ágil de contato entre os órgãos de direção e o conjunto dos militantes. Propiciando o encontro de militantes de frentes de atuação distintas, contribuem também para a politização geral. As plenárias podem ser realizadas em vários níveis: estaduais, municipais, por região etc.

234. Além disso, o PT deve avançar para ter um contato permanente com o maior número possível de filiados, inclusive os que não se dispõem a ter uma militância regular ou mesmo eventual. Essa ligação pode-se dar pela imprensa do Partido, em vários níveis, inclusive na imprensa local de núcleos, pelo convite para participar de plenárias e, naturalmente, pela solicitação de uma contribuição financeira para o Partido.

235. Todo militante petista que sofrer repressão policial em decorrência de atividade política deverá receber apoio jurídico da parte do PT.

CENTRALIZAÇÃO PARTIDÁRIA E FUNCIONAMENTO DA DIREÇÃO

236. Ao lado da precariedade de nossa organização na base do Partido, outro ponto de estrangulamento é a falta de uma real centralização do Partido, de unidade de ação por parte dos seus militantes. Para ser um partido dirigente, capaz de intervir de forma organizativa e coerente nos movimentos sociais, e de dar um rumo à luta das massas trabalhadoras pelo socialismo, o PT precisa de centralização.

237. Para que essa centralização contribua para o fortalecimento da democracia interna, é preciso empenho para agilizar meios que assegurem a democratização das informações e o processo de tomada de decisões em todos os níveis da estrutura partidária.

238. A capacidade de atuação centralizada envolve pelo menos três questões. Em primeiro lugar, a existência de definições políticas claras. Em segundo, a consciência, por parte da militância petista, da necessidade da centralização política do Partido. Em terceiro lugar, o funcionamento pleno das instâncias de direção partidária.

239. O funcionamento das nossas instâncias diretivas é extremamente precário, com a tendência dos Diretórios terem um caráter formal e a sobrecarregar as Comissões Executivas.

240. Precisamos, portanto, superar essas falhas, construindo uma verdadeira direção política. Isso implicará o funcionamento coletivo dos Diretórios, com a distribuição planejada e coletiva das tarefas e a responsabilização e cobrança do cumprimento das tarefas. Em vista das crescentes necessidades de desempenho prático das tarefas deliberadas, o PT também precisa definir uma política com relação à profissionalização dos dirigentes e dos funcionários.

241. Isso deve ser combinado com uma integração dos membros dos Diretórios nas diversas secretarias, comissões e grupos de trabalho (que são estruturas auxiliares da direção), deixando às Comissões Executivas seu papel próprio, de instâncias que têm enorme responsabilidade política, mas que são dirigidas pelo Diretório respectivo.

242. Além disso, precisamos conseguir que haja no Partido uma elaboração política mais coletiva, que unifique a intervenção dos militantes e instrumentalize o Partido com políticas claras para o movimento popular e sindical, integrando as distintas experiências. Nesse sentido, é preciso convocar encontros por área de atuação no movimento sindical e popular, precedendo os Encontros Regionais e Nacional, com poderes para deliberar políticas indicativas para os Encontros. Particularmente importante é que os membros dos órgãos de direção tenham todos tarefas organizativas, diretivas e de acompanhamento das organizações de base, em particular dos núcleos.

243. Entretanto, resolver o problema do funcionamento das direções implica, também, resolvermos corretamente duas questões-chave no processo de centralização do PT, o direito de representação proporcional nas Executivas e o direito de tendência.